

PROJECTO SPEED DA USAID/MOÇAMBIQUE

Estudo de Viabilidade

Remoção de Vedação entre o Parque Nacional de Maputo e o Parque dos Elefantes de Tembe

Portfólio Técnico do SPEED: Biodiversidade

Data: Novembro 2023, Rascunho

A presente publicação foi produzida pelo Projecto SPEED ao abrigo do Contrato n.º AID-656-TO-72065621F00004, implementado pela DAI Global e Nathan Associates a pedido da Missão da USAID/Moçambique. A elaboração deste documento tornou-se possível graças ao apoio do povo americano através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do autor ou autores e não reflecte necessariamente os pontos de vista da USAID ou do Governo dos EUA

Estudo de Viabilidade

Remoção de Vedação entre o Parque Nacional de Maputo e o Parque dos Elefantes de Tembe

Facilitando o Ambiente Propício às Políticas para o Desenvolvimento (SPEED)

Autor(es) do Relatório: Fundação Peace Parks

Submetido em: 15 de Novembro, 2023, rascunho

Contrato N.º 72065621F00004

Prazo de Vigência do Contrato/Acordo: 23 de Março de 2023 a 30 de Novembro de 2023

COR: Nelson Guilaze

Chefe da Equipa: Ashok Menon

ÍNDICE

ÍNDICE.....	i
ACRÓNIMOS.....	ii
LISTA DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	ii
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	iii
INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES.....	I
FINALIDADE E OBJECTIVO DO ESTUDO.....	I
ANÁLISE SITUACIONAL.....	2
Os Parques.....	2
Controlo de Doenças.....	8
Protecção e Segurança.....	11
Quadro Legal e de Políticas.....	11
Aspectos socioeconómicos.....	15
RECOMENDAÇÕES E SOLUÇÕES PROPOSTAS.....	18
Propagação de Doenças Animais.....	20
CHFB em Moçambique.....	20
Questões Operacionais.....	23
Segurança.....	23
Questões Comunitárias.....	23
Questões Económicas.....	24
Questões Legais/Políticas.....	25
RISCOS, MITIGAÇÃO E PRAZOS.....	26
Anexo I - Estudo sobre Segurança.....	I
Anexo II – Visão Geral do Envolvimento das Partes Interessadas.....	2

ACRÓNIMOS

ACTF	Área de Conservação Transfronteiriça
AGF	Agência/Autoridade de Gestão de Fronteiras
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
CGCP	Comissão de Gestão Conjunta do Parque
CHFB	Conflito Homem-Fauna Bravia
EKZNW	Ezemvelo KZN Wildlife
FMD	Febre Aftosa (do inglês, <i>Food and Mouth Disease</i>)
MNAP	Parque Nacional de Maputo
PPF	Peace Parks Foundation
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAPS	Serviços Policiais da África do Sul (do inglês, <i>South African Police Services</i>)
TB	Tuberculose
TEP	Parque dos Elefantes de Tembe (do inglês, <i>Tembe Elephant Park</i>)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Área de Conservação Transfronteiriça dos Libombos.....	1
Figura 2. Vegetação	3
Figura 3. Pontos focais (hotspots) de escape de elefantes e de CHFB.....	4
Figura 4. A 'vedação porco-espinho', à prova de elefantes, recentemente concebida e erguida	5
Figura 5. A área foco para avaliação da vedação	5
Figura 6. A vedação veterinária a mostrar uma das várias posições de inclinação comprometidas - Moçambique ao fundo.....	7
Figura 7. As três vedações ao longo do perímetro.....	7
Figura 8. Uma ruptura "reparada" na vedação do parque.....	7
Figura 9. Os limites das zonas de controlo de doenças na África do Sul, (Departamento da Agricultura, Florestas e Pescas, 2011).....	9
Figura 10. A vedação de controlo veterinário que delimita a área onde é restringida a circulação de animais biungulados.....	10
Figura 11. Localização	16
Figura 12. A expansão inicial na primeira fase da remoção da vedação	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Os custos de capital estimados (USD) para mitigar os impactos do CHFB com uma lista de itens e os custos estimados para a área de expansão inicial	22
Tabela 2. Os custos de operação anuais estimados (USD) para mitigar os impactos do CHFB na área de expansão inicial	22
Tabela 3. Plano de mitigação de riscos.....	26

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em Junho de 2000, os governos de Moçambique, África do Sul e Suazilândia assinaram protocolos gerais e específicos sobre o estabelecimento da Área de Conservação Transfronteiriça dos Libombos (ACTF), incluindo o protocolo que estabelece a ACTF Usuthu-Tembe-Futi, que inclui o Parque Nacional de Maputo (MNAP) em Moçambique e o Parque dos Elefantes de Tembe (TEP) na África do Sul. Este protocolo refere-se às ligações previstas entre o TEP, a área de conservação na África do Sul e o MNAP através do corredor do Futi em Moçambique. As ACTFs são estabelecidas para melhorar a conservação e o turismo transfronteiriços. Desde o seu estabelecimento, as agências de conservação do TEP e do MNAP têm vindo a colaborar em questões de interesse comum num fórum convocado regularmente para o efeito. O PNAM é gerido pela Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) e o TEP através de um acordo com a Ezemvelo KZN Wildlife (EKZNW) e a comunidade. O parque é propriedade da comunidade de Tembe.

A finalidade deste estudo foi explorar a viabilidade de remover a vedação, ou partes da mesma, entre os parques para permitir a livre circulação da fauna bravia e, possivelmente, em algum momento no futuro, a circulação de turistas, mas esta última não foi priorizada para o presente estudo. O estudo centrou-se nas questões que seriam impactadas, positiva ou negativamente, pela remoção da vedação. Enquanto as que ocorrem com ou sem a remoção da vedação foram avaliadas como neutras e o seu impacto foi, portanto, considerado não relevante.

As vedações isolaram sempre estes dois parques um do outro, impedindo a realização da livre circulação da fauna bravia entre o TEP mais pequeno, com 300km² e o PNAM maior, com pouco mais de 1,000 km². Além disso, o TEP está totalmente povoado com animais selvagens que não podem expandir-se, enquanto as populações de fauna bravia no PNAM ainda estão em expansão. Embora as espécies de fauna bravia nos dois parques sejam semelhantes, as densidades diferem e o TEP tem rinoceronte-negro, leões e, anteriormente, cães selvagens. A entrada destas espécies em Moçambique teria impactos positivos na biodiversidade, mas também impactos negativos nas comunidades, caso escapassem à vedação do parque, que é frequentemente violada por elefantes.

As autoridades sul-africanas construíram as vedações; a primeira, uma vedação veterinária para impedir a circulação de fauna bravia e, com ela, a possibilidade de doenças passarem para a África do Sul, e uma segunda vedação, construída em 1989 pela agência de conservação (actualmente EKZNW) para reduzir a caça furtiva proveniente de Moçambique e conter os animais dentro do parque. Estas vedações ainda se encontram actualmente no local, embora a sua manutenção e integridade nem sempre sejam adequadas ao fim a que se destinam. Durante uma visita de campo, as vedações veterinárias estavam caídas ou próximas do solo em vários locais, a vedação de conservação é antiga e a vedação eléctrica compensada só funciona à noite, uma vez que os geradores e a fonte de alimentação não podem funcionar durante 24 horas.

Embora a vedação de 10 km partilhada entre os dois parques possa ser "funcional", a vedação fronteira fora de qualquer um dos dois parques não impede a circulação de animais e o gado doméstico circula sem obstáculos, por vezes em ambas as direcções, através da fronteira, incluindo o roubo de gado de Moçambique para a África do Sul. Pode afirmar-se que a função de controlo das doenças foi comprometida.

Além disso, a fronteira é um foco de criminalidade, com numerosas actividades ilegais, incluindo viaturas ilegais (na sua maioria roubadas) que entram em Moçambique e mercadorias ilegais, incluindo cigarros, no outro sentido. A África do Sul pretende controlar esta situação através da construção de um "muro" fronteiro, que já foi implementado em alguns locais. Além disso, as comunidades de Phuza atravessam a fronteira para aceder a serviços na África do Sul.

No que respeita aos veterinários locais sul-africanos e às agências de segurança, estes consideram que a remoção da vedação entre os parques constituirá um risco e a sua interpretação das políticas e regulamentos é que qualquer autorização de remoção da vedação tem de ser obtida junto dos seus superiores - isto apesar da situação veterinária estar comprometida e de não ocorrerem crimes nos parques. As vedações do perímetro do parque são patrulhadas regularmente, o controlo de acesso é implementado e fiscalizado e as estradas são trilhos de areia para viaturas 4X4.

Do lado de Moçambique, a principal oposição continua a ser a das comunidades locais. Esta situação resulta de um problema contínuo associado ao CHFB, especialmente com os elefantes, que regularmente violam a vedação, danificam as culturas e matam pessoas locais. Muitas comunidades são agora hostis em relação ao parque, não

necessariamente à fauna bravia propriamente dita. Com este objectivo, cinco comunidades na fronteira ocidental do Futi formaram uma área de conservação de 100km², designada Muwai, para desenvolver um empreendimento baseado na fauna bravia e também para ajudar a combater a situação do CHF� com elefantes. Estão em vias de construir uma nova vedação melhorada nas suas terras a oeste e planeiam remover a vedação do parque comum e estabelecer uma área aberta para a fauna bravia. Algumas comunidades estão, portanto, a apoiar a fauna bravia e indicaram que, se o CHF� puder ser melhor gerido, apoiariam a remoção da vedação. Este apoio implicaria a construção de uma vedação do tipo "porco-espinho" com um novo desenho melhorado, a nomeação de membros da comunidade assalariados (oportunidades que poderiam ser dirigidas às mulheres e aos jovens) para patrulhar e oferecer uma primeira linha de defesa e contacto com o parque com equipamento, incluindo motas-quad, uma melhor ligação com a gestão do parque e outras medidas de dissuasão. O sector privado apoia, de um modo geral, a remoção da vedação, principalmente devido à melhoria do turismo num parque com leões, rinocerontes e, possivelmente, outras espécies que potenciam o turismo.

O resultado do estudo é, por conseguinte, o seguinte:

- Apoio condicional das comunidades moçambicanas e das autoridades do parque, desde que existam disposições adequadas para lidar com o CHF�.
- Resistência do lado sul-africano devido a preocupações de segurança e veterinárias. Foram levantadas questões semelhantes na fronteira entre o Parque Nacional do Limpopo e o Parque Nacional Kruger, onde o crime (caça furtiva de rinocerontes) e as mesmas doenças foram resolvidos através de um acordo entre as agências relevantes. Esta resolução, no entanto, deve ser procurada a nível nacional através do envolvimento da Unidade da ACTF com os departamentos relevantes e da procura de soluções. Isto levará tempo, para além do âmbito do presente projecto.

Os atrasos e a ausência de acção podem resultar na não manutenção das vedações intervenientes. Isto significaria provavelmente que todas as preocupações levantadas por todos não seriam resolvidas - segurança, veterinária e, sobretudo, CHF� (financiamento obtido através de um processo formal de remoção de vedação) e a vedação "aberta à fauna bravia".

derivados económicos; e, pelo menos a curto e médio prazo, isto não foi identificado como constituindo uma prioridade imediata.

Neste contexto, o feedback que se segue apresentado pelos grupos de partes interessadas permitiu focar nos elementos importantes do estudo. Isto clarificou a segunda questão: o que é exactamente a remoção de vedação?

No contexto da circulação desimpedida da fauna bravia, a remoção da vedação seria prioritária ao longo da fronteira comum entre os dois parques, importante e principalmente para alcançar a circulação desimpedida da fauna bravia, MAS pode não ser necessário remover toda a vedação. Ao remover uma porção ou várias porções da vedação, mesmo que sejam muito estreitas (ao longo das áreas de circulação da fauna bravia normalmente utilizadas, talvez apenas algumas centenas de metros), a circulação da fauna bravia pode ainda ser alcançada. Isto pode permitir a vigilância e o patrulhamento contínuos da(s) secção(ões) remanescente(s).

Há três áreas focais importantes que precisam de ser abordadas para alcançar a finalidade principal e que são:

- Questões de segurança, especialmente relacionadas com actividades ilegais através da fronteira, em especial o contrabando
- Possíveis doenças do gado e da fauna bravia e transmissão de doenças através da fronteira internacional
- Questões sociais, especialmente relacionadas com o aumento do Conflito Homem-Fauna Bravia (CHFb) em Moçambique.

Dentro de cada uma destas três áreas focais existem outras questões, frequentemente inter-relacionadas, que são discutidas e avaliadas. Foram investigadas várias outras questões, a maior parte das quais foram identificadas como "neutras", ou seja, ocorrem com ou sem vedação funcional e este princípio também ajudou a orientar o processo de envolvimento das partes interessadas.

O resultado primário do fortalecimento da resiliência da biodiversidade também irá proporcionar outros resultados secundários e importantes, especificamente relacionados com o turismo e o melhoramento das oportunidades económicas, ao mesmo tempo que reduz ou não, de forma significativa, os impactos NEGATIVOS do actual *status quo*.

Esta avaliação explorou as implicações de um projecto deste tipo, as intervenções necessárias com os custos prováveis, a estratégia para a sua implementação e as necessidades operacionais. Esta avaliação foi realizada através de uma análise do ambiente socioeconómico, ecológico, legal, político, físico e de políticas, avaliada através do estudo de documentos de apoio importantes e de antecedentes nos dois países, bem como de uma consulta alargada das partes interessadas afectadas e impactadas.

ANÁLISE SITUACIONAL

Os Parques

Aspectos Ecológicos

O PNAM é um parque de grandes dimensões, com a componente terrestre a cobrir pouco mais de 1,000km², mais de três vezes a dimensão do TEP, com cerca de 300km². A maior parte da população de fauna bravia do PNAM está ainda em expansão, na sequência de um programa de reintrodução e de uma gestão melhorada nos últimos 15 anos. Em contraste, o Tembe tem densidades mais elevadas de vida selvagem, incluindo três espécies ausentes do PNAM, nomeadamente o leão, os cães selvagens (embora estes tenham deixado o Tembe e estivessem "residentes" em Moçambique durante a visita) e o rinoceronte-negro. Para as três últimas espécies, o parque é demasiado pequeno para suportar uma população geneticamente viável sem uma intervenção de gestão activa. A inclusão de todo o PNAM, permitindo uma deslocação desimpedida, proporcionaria uma resistência significativa para estas e outras populações de fauna bravia.

O PNAM também oferece habitats mais diversificados com prados extensos, floresta costeira, mangais e lagos de água doce que estão ausentes em Tembe, enquanto as florestas, incluindo a floresta pantanosa, vastas terras húmidas e prados arborizados são mais extensos (Figura 3. Pontos focais (hotspots) de escape de elefantes e de CHFb)

Figura 2. Vegetação (Figura). Todos estes atributos são essenciais, especialmente com os impactos do aquecimento global, em que a escala é um importante factor de mitigação dos impactos negativos. O valor da biodiversidade para o TEP que o PNAM ofereceria, se totalmente aberto, é imenso, sendo o princípio subjacente "o todo é maior do que a soma das partes". O objectivo principal é, portanto, aumentar a resiliência da biodiversidade dos dois parques.

Aspectos de Gestão

A administração dos dois parques colabora há muitos anos e alinhou as suas práticas de gestão sempre que necessário. Para o efeito, foi criado um comité de ligação entre as administrações dos parques, que se reúne regularmente. Este facto criou uma excelente plataforma para o estabelecimento de laços mais fortes e o alinhamento da monitoria, a partilha de informações e, sempre que necessário, uma gestão conjunta ou, pelo menos, alinhada.

O orçamento operacional do TEP é extremamente limitado e a capacidade da administração para desempenhar as suas funções a um nível elevado é limitada. A manutenção das infra-estruturas constitui um desafio, o que tem implicações para a vedação, tanto no perímetro como na vedação da fronteira. Sem qualquer intervenção, a capacidade de manutenção da vedação fronteiriça do parque ficará comprometida e a vedação será cada vez mais violada. A vedação veterinária sofre de constrangimentos semelhantes.

É importante notar que o PNAM não está completamente cercado por uma vedação para animais selvagens, a faixa costeira é aberta e não pode ser protegida de forma realista. Além disso, existem actualmente violações significativas da vedação, sobretudo por elefantes e principalmente ao longo da secção de Futi, resultando num CHF, que continua a ser uma preocupação significativa para as comunidades (Figura 2. Vegetação)

Figura 4. A 'vedação porco-espinho', à prova de elefantes, recentemente concebida e erguida (Figura), que mostra as violações da vedação e os incidentes de CHF. O facto de haver leões e, potencialmente, um maior número de outros predadores, como a hiena malhada, o leopardo e os cães selvagens, que poderiam escapar através das aberturas, é uma consideração importante. A administração do PNAM indicou que a estratégia a longo prazo é que

todo o parque esteja aberto à livre circulação da fauna bravia de Tembe para a secção costeira do PNAM.

Em 2023, as comunidades adjacentes à porção ocidental do Futi proclamaram uma Conservação, Muwai, para ajudar a controlar e gerir o CHF e gerar receitas de empreendimentos relacionados com a fauna bravia (Miguel Gonçalves (2023), comunicação pessoal). Este é um desenvolvimento importante com as comunidades a reconhecerem o valor da fauna bravia e a procurarem soluções para resolver os problemas dos elefantes e do CHF.

A conservação obteve financiamento e aprovação para desenvolver uma nova vedação do limite ocidental, que terá novas especificações. É provável que a vedação do parque interveniente seja removida, mas isto ainda tem de ser acordado. Esta nova concepção de vedação, introduzida pela primeira vez no Quênia, tem arames com cerca de 1,5m de projecção à sua volta, o que dificulta o acesso dos elefantes para empurrarem postes e estacas, a sua estratégia para violarem as vedações. É referida por alguns como a "vedação porco-espinho", uma vez que se assemelha um pouco a espinhos de porco-espinho (Figura 4. A 'vedação porco-espinho', à prova de elefantes, recentemente concebida e erguida

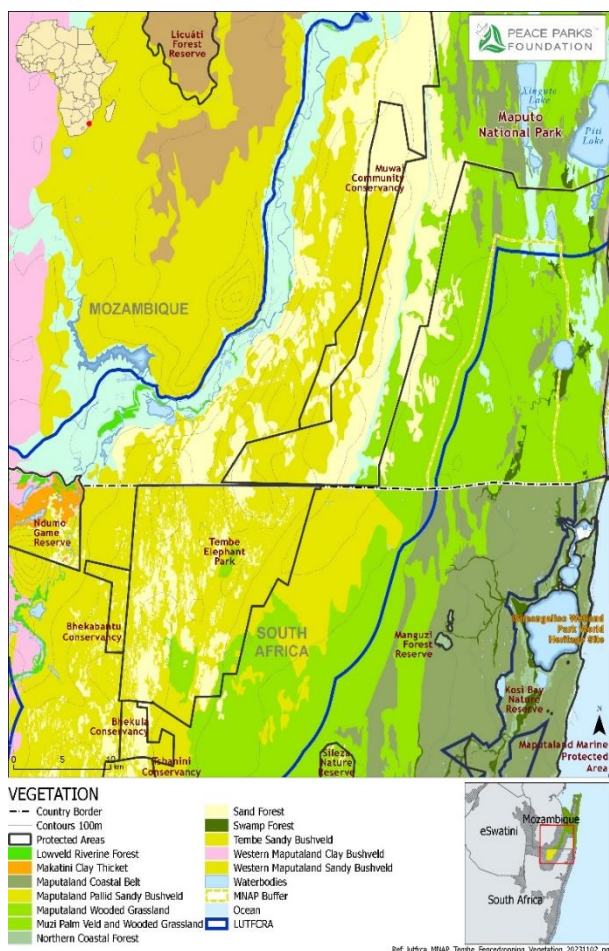


Figura 5. A área foco para avaliação da vedação (Figura 4).

O comprimento dos 'espinhos' é importante, tal como a sua altura acima do solo. Num local no PNAM, um grande elefante macho foi filmado a rastejar de barriga por baixo da vedação - a ingenuidade destes animais é simplesmente incrível.

Foi efectuada uma visita à vedação em Tembe e avaliada a totalidade dos cerca de 10 km do limite comum entre os dois parques (Figura 5. A área foco para avaliação da vedação

). Existem três cenários de vedação entre a África do Sul e Moçambique ao longo da fronteira comum do parque:

- Não existe vedação no lado moçambicano da fronteira, todas as vedações estão do lado da África do Sul

A vedação mais a norte na África do Sul foi construída pelo Departamento de Veterinária e consiste numa vedação de aproximadamente 1,8m de altura com cerca de 18 fios de arame, incluindo arame farpado. A vedação tem fios electrificados a partir da mesma, mas estes já não funcionam há muito tempo.

Aparentemente, esta vedação é patrulhada mensalmente pelos Serviços Veterinários, embora tal não tenha sido possível verificar. A manutenção e a integridade da vedação são variáveis. Em muitos locais, a vedação está inclinada num ângulo de 10 graus em relação à vertical e, em algumas áreas, está quase

nivelada com o solo (Figura 6. A vedação veterinária a mostrar uma das várias posições de inclinação comprometidas - Moçambique ao fundo

-). A frequência desta inclinação é tão comum como de 100 em 100 metros em algumas áreas. Não apresenta certamente uma barreira impenetrável ao longo de toda a sua extensão para a maioria da fauna bravia determinada a atravessá-la.

A cerca de 10m a sul da vedação veterinária, existe uma vedação para animais de caça com ~2,1m. O primeiro 1,8m é uma vedação de malha "tipo Bonox", enquanto a parte superior é constituída por 3 fios de arame farpado. Esta vedação foi construída pelo parque e a sua manutenção é feita pelo parque. É relativamente funcional e, segundo a Administração do Parque, é violada periodicamente (Figura 7. As três vedações ao longo do perímetro.

Fios eléctricos, perto da viatura, a vedação do parque no meio e a vedação veterinária e Moçambique atrás, num sentido para norte - os trilhos das patrulhas dos Serviços Veterinários são visíveis perto da vedação veterinária - observar a porção inclinada ao longe.



Figura 3. A 'vedação porco-espinho', à prova de elefantes, recentemente concebida e erguida

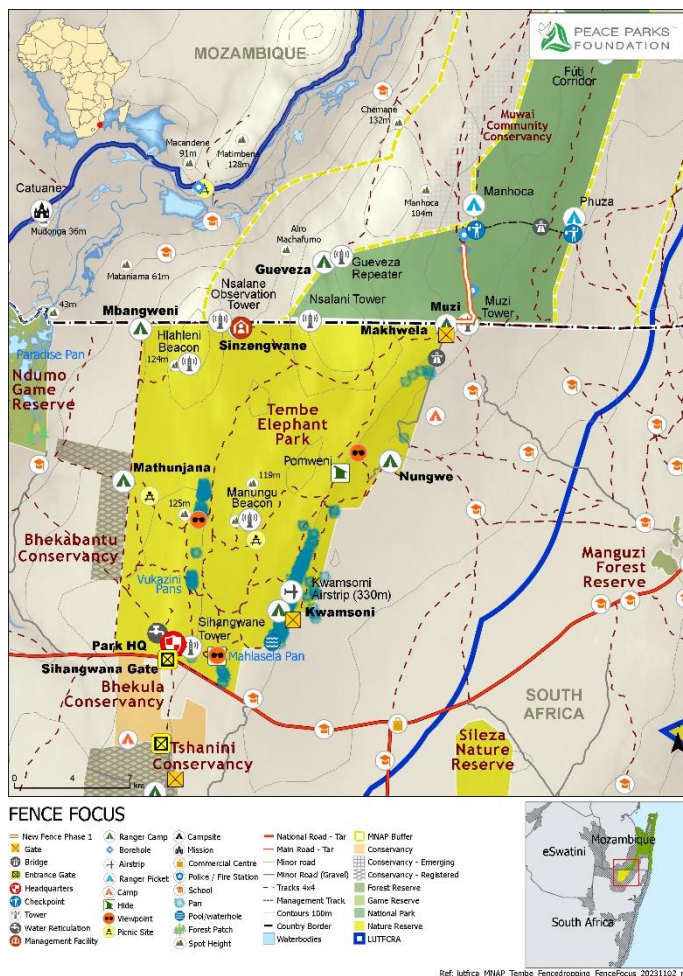


Figura 6. A área foco para avaliação da vedação

e Figura 8. Uma ruptura "reparada" na vedação do parque

-) e também não constitui uma barreira impenetrável, embora seja mais eficaz do que a vedação veterinária. A aproximadamente 3m a sul desta vedação encontram-se quatro fios de arame electricado com uma altura de cerca de 1,2m. Estes só estão "activos" durante a noite, uma vez que o sistema não pode suportar um fornecimento contínuo de 24 horas.

É importante salientar que a integridade das vedações para impedir a circulação da fauna bravia não é de 100%. Os animais continuam a deslocar-se através da barreira, tendo sido vistos, por exemplo, leões na parte do Futi em Moçambique do PNAM, embora a administração do TEP esteja convicta de que estes não vieram do seu lado.



Figura 7. A vedação veterinária a mostrar uma das várias posições de inclinação comprometidas - Moçambique ao fundo

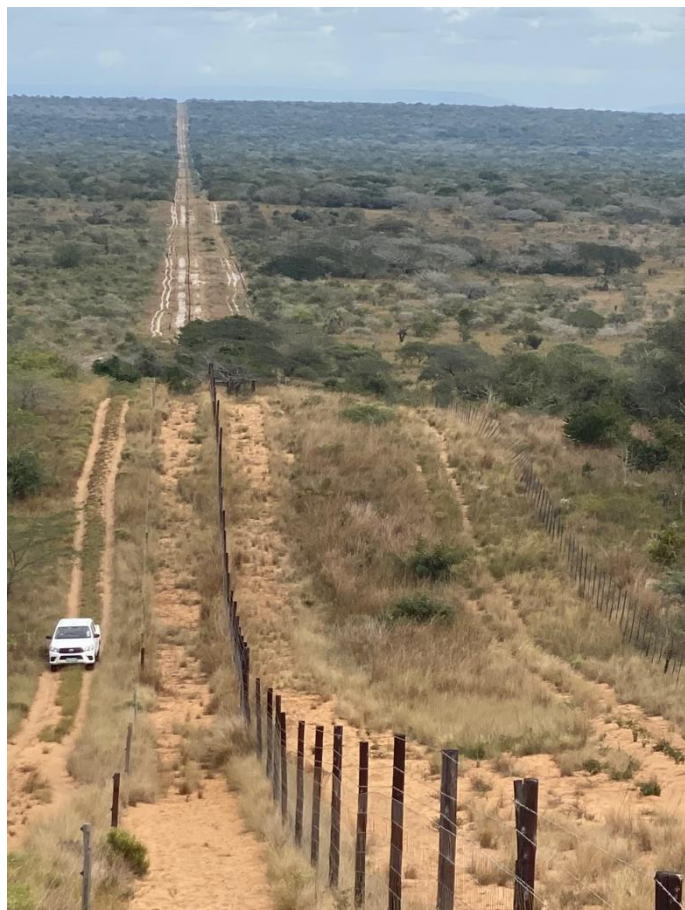


Figura 9. As três vedações ao longo do perímetro.

Fios eléctricos, perto da viatura, a vedação do parque no meio e a vedação veterinária e Moçambique atrás, num sentido para norte - os trilhos das patrulhas dos Serviços Veterinários são visíveis perto da vedação veterinária - observar a porção inclinada ao longe.



Figura 10. Uma ruptura "reparada" na vedação do parque

Controlo de Doenças

Cordão de Segurança Veterinária

A África Austral tem manifestado preocupação com a transmissão de doenças dos animais domésticos para os animais selvagens e para os seres humanos. As vedações têm sido amplamente utilizadas como uma medida veterinária para evitar a propagação destas doenças. Dado o advento das ACTFs, defendendo a livre circulação da fauna bravia e das pessoas e a remoção das vedações, no Congresso Mundial de Parques em Durban, África do Sul, em 2003, o grupo de trabalho da Saúde Animal para o Ambiente e Desenvolvimento (AHEAD) foi criado com o objectivo de facilitar o sucesso do desenvolvimento e da conservação na ACTF do Grande Limpopo através de investigação aplicada interdisciplinar, monitoria e vigilância na interface entre a saúde da fauna bravia e dos animais domésticos, bens e serviços do ecossistema e meios de subsistência e bem-estar humanos. O Grupo de Trabalho desenvolveu um quadro conceptual para auxiliar os intervenientes regionais a analisarem se (e, em caso afirmativo, de que forma) uma ACTF de grandes dimensões poderia abordar os seguintes aspectos: (i) saúde e doenças animais; (ii) uso da terra, bens e serviços dos ecossistemas e saúde animal; e (iii) meios de subsistência humanos, saúde animal e saúde dos ecossistemas. O quadro conceptual continua a ser válido para as ACTFs da região e foi utilizado para informar o presente estudo de viabilidade.

Legislação em Moçambique e na África do Sul

As vedações veterinárias foram construídas na década dos anos 50 na África Austral, destinavam-se, e ainda se destinam, a servir o bem comum dos cidadãos dos países em que se situam, protegendo as manadas nacionais contra as doenças. Na interface entre a fauna bravia e as doenças do gado na África Austral, as vedações para a fauna bravia, de uma forma ou de outra (isto é, para controlar as doenças e/ou para funcionar como barreiras de biossegurança nas áreas protegidas), parecem estar destinadas a continuar a fazer parte da paisagem¹.

Tanto Moçambique como a África do Sul estabeleceram na sua legislação as medidas de prevenção da propagação de doenças e adoptaram a lista de doenças de declaração obrigatória e a confirmação obrigatória de quaisquer surtos. Além disso, a legislação de ambos os países exige licenças de importação internacional de quaisquer animais vivos e produtos, a fim de garantir que não há importação de doenças, incluindo as que constam da lista da Organização Mundial da Saúde Animal (formalmente OIE).

A Lei da Saúde Animal da África do Sul, de 2002, promove a construção de vedações em todos os terrenos situados ao longo das fronteiras internacionais do país, a fim de impedir a dispersão de animais através da fronteira. Além disso, promove a construção de vedações nas seguintes circunstâncias: (i) uma vedação permanente junto ou tão próximo quanto possível dos limites dos parques nacionais, dos parques provinciais ou das reservas de caça privadas, para impedir a circulação de animais para dentro ou para fora desses parques ou reservas; (ii) erigir uma vedação temporária em ou a atravessar qualquer terreno para impedir a circulação de animais para dentro ou para fora desse terreno; (iii) instalar portões, grelhas ou outras passagens nessa vedação; e (iv) construir qualquer estrada, ponte, passagem, conduta ou desvio que dê acesso ou seja necessário para utilização no âmbito da construção, manutenção, inspecção e alteração dessa vedação.

O Decreto 26/2009 sobre a saúde animal de Moçambique estipula que a Autoridade Veterinária pode determinar a construção de vedações, obstruções ou gradeamentos com vista a impedir o trânsito de animais que possam constituir reservatórios de doenças incluídas na lista de doenças de declaração obrigatória. O decreto explica ainda que as vedações, restrições ou gradeamentos podem, se as circunstâncias o exigirem, ser construídos ou colocados ao longo das vias e caminhos públicos ou privados, atravessá-los, cruzar ou sobrepor-se às vedações particulares. Neste caso, os proprietários podem ser temporariamente obrigados a mantê-las em perfeito estado de eficácia e eficiência, sempre que a Autoridade Veterinária não o possa fazer.

¹ Ferguson & Hanks, 2012 – *Fencing Impacts: A review of the environmental, social and economic impacts of game and veterinary fencing in Africa with particular reference to the Great Limpopo and Kavango-Zambezi Transfrontier Conservation Area* [Impactos das vedações: Uma análise dos impactos ambientais, sociais e económicos das vedações de fauna bravia e veterinária em África, com especial referência à Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo e do Kavango-Zambeze].

As áreas de conservação e as fazendas do bravo devem ser vedadas e os proprietários de explorações pecuárias contíguas a caminhos-de-ferro ou estradas são obrigados a vedar as suas propriedades.

Existem diferenças fundamentais nas precauções que os países têm em relação à protecção contra doenças que podem ser espalhadas através das fronteiras das áreas protegidas. Enquanto a África do Sul é rigorosa no que diz respeito a evitar a circulação de animais através da fronteira, a legislação moçambicana não é tão rigorosa, mas apenas se concentra na protecção geral para evitar o contacto entre animais domésticos e fauna bravia.

Saúde e Doenças dos Animais

As doenças veterinárias de preocupação entre Moçambique e a África do Sul incluem, entre outras, as seguintes: Febre Aftosa (FMD), Tuberculose Bovina (TB), Brucelose, Febre do Vale do Rift, Doença do Cavalo Africano, teileriose, e gripe aviária. A febre aftosa é a principal doença que preocupa os dois países.

Ambos os países são endémicos em termos de tripanossomiase. No entanto, o nível de controlo é satisfatório e a doença não constitui uma preocupação importante. A tuberculose ou TB está sob controlo. O número de casos de tuberculose é insignificante em ambos os países nesta fronteira. As autoridades moçambicanas consideram que, se não forem introduzidos mais animais provenientes do Kruger, não haverá motivo para preocupações.

Na área do projecto, Moçambique está preocupado com duas doenças principais, a teileriose e a febre aftosa (FMD). Ambas são transmissíveis dos búfalos para o gado doméstico. O país decidiu ter uma zona livre de febre aftosa na parte sul, que constitui a área do projecto. A deslocação de búfalos do TEP e da Reserva de Caça de Ndumo para Moçambique e a introdução de búfalos no PNAM constituem um risco para a decisão de Moçambique de criar uma zona livre de febre aftosa e para controlar a teileriose. Moçambique, para efeitos de vigilância da doença, parte do princípio de que os búfalos destas áreas estão infectados com ambas as doenças. Isto representa um risco em termos dos desejos de Moçambique de estabelecer a área do projecto como área livre de febre aftosa (FMD).

Adicionalmente, o posto administrativo de Catuane está em grave risco. Com cerca de 28,500 cabeças de gado, das quais cerca de 13,000 pertencem às comunidades locais, a circulação de búfalos na área é altamente preocupante em termos de transmissão de doenças, uma vez que Moçambique não está a vacinar contra a febre aftosa.

O roubo de gado é há muito um problema em muitas fronteiras da África Austral. Na área do projecto, é evidente que ocorre contrabando de vários produtos através da fronteira, incluindo gado. Há relatos que indicam que o gado também é contrabandeado de eSwatini para Moçambique, o que representa um risco de transmissão de doenças para o gado moçambicano.

O Kwazulu Natal registou um surto de febre aftosa no Município de Mkhanyakude, que faz fronteira com Moçambique e King Cetshwayo, em Maio de 2021. Voltou a surgir em 2022 noutras áreas, nomeadamente no Município de Mthonjaneni e no Município de uMlalazi. A África do Sul implementa uma estratégia de restrição da circulação de animais ao longo da sua fronteira com Moçambique (Figura 9. Os limites das zonas de controlo de doenças na África do Sul, (Departamento da Agricultura, Florestas e Pescas, 2011)

). Esta área da África do Sul está inserida na Zona Infectada. A administração do TEP indicou que nunca detectou febre aftosa ou tuberculose em todas as amostras que recolheu ao longo dos anos. No entanto, há indícios de circulação de fauna bravia, incluindo elefantes, que violam as vedações (frequência crescente), pequenos antílopes, cães selvagens e, de acordo com o

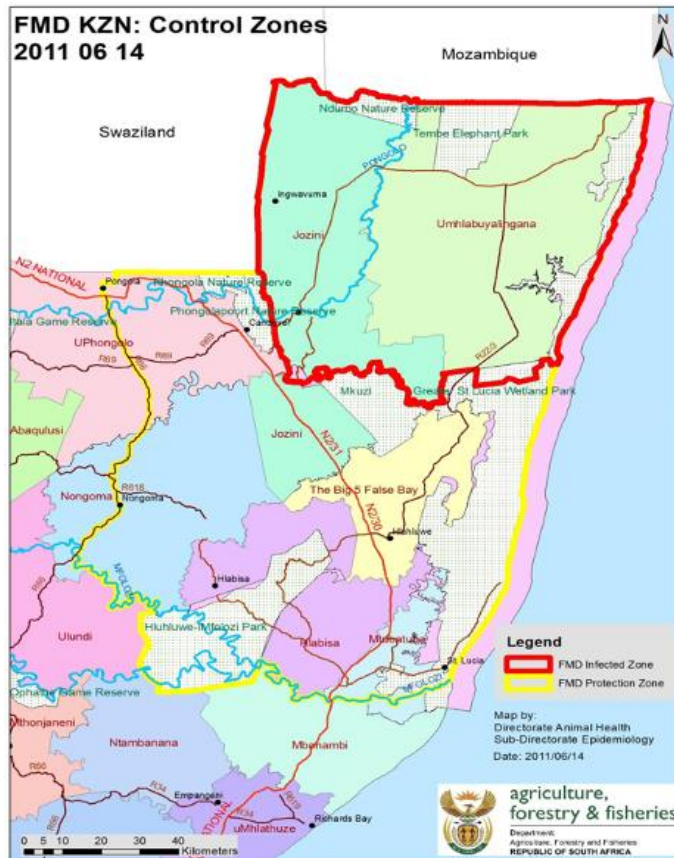


Figura 11. Os limites das zonas de controlo de doenças na África do Sul, (Departamento da Agricultura, Florestas e Pescas, 2011)

peçoal do PNAM, foram registados leões, embora a administração do TEP diga que os seus leões não violaram as vedações.

A Zona Infectada era anteriormente designada por "linha vermelha", ou seja, uma "barreira estatutária" através da qual os biungulados não podem ser deslocados sem seguir os procedimentos necessários. Anteriormente, para o efeito, existia, ou deveria existir, pelo menos uma vedação de 8 fios com 1,2m de altura ao longo de toda a fronteira. Idealmente, esta deveria ser uma vedação dupla separada por, pelo menos, três metros. A circulação de animais ao longo das estradas que atravessam esta barreira é (ou deveria ser) controlada através de pontos de controlo. A "linha vermelha" nesta área é o limite sul da estrada que forma uma fronteira comum com Tembe. Durante a visita, verificou-se que vastas secções desta vedação



Figura 12. A vedação de controlo veterinário que delimita a área onde é restringida a circulação de animais biungulados

Esta é uma porção de vedação que ainda existia (os postes de amarração são visíveis à esquerda da imagem, mas nenhuma vedação está presa neles). Na maior parte da área perto e a sul de Tembe esta está completamente ausente.

estavam completamente ausentes, em locais com dezenas de quilómetros (Figura 10. A vedação de controlo veterinário que delimita a área onde é restringida a circulação de animais biungulados

Esta é uma porção de vedação que ainda existia (os postes de amarração são visíveis à esquerda da imagem, mas nenhuma vedação está presa neles). Na maior parte da área perto e a sul de Tembe esta está completamente ausente.

). É evidente que não existe qualquer tipo de controlo da circulação em termos de controlo das doenças dos animais, em particular da febre aftosa.

Foi contratado um perito para analisar as questões veterinárias e de segurança entre os dois países, cujo relatório consta do Apêndice I. Entre as questões importantes que emergiram da visita e do relatório, e que ainda não foram salientadas, contam-se as seguintes:

- Foram observados animais domésticos a circularem desimpedidos entre a África do Sul e Moçambique em Phuza. Não foram observadas medidas de controlo.
- As Autoridades Veterinárias da África do Sul não dispõem dos recursos necessários para manter correctamente a integridade da vedação veterinária.

O relatório confirma igualmente que as autoridades veterinárias responsáveis pela doença e pela gestão que controlam esta secção da fronteira indicaram que o seu mandato consiste em controlar e gerir a situação e "impedir a circulação de animais", uma vez que Moçambique é considerado uma zona de febre aftosa e, por conseguinte, de risco. Na sua opinião, se for detectada febre aftosa no TEP, a área terá de ser colocada em quarentena e toda a circulação de visitantes e de viaturas para fora do parque terá de ser gerida de acordo com protocolos, com tapetes desinfectados para pés e pneus e, possivelmente, com pulverizadores. O Parque Nacional Kruger, que apresenta um risco semelhante, não aplica protocolos deste tipo, uma vez que se trata de uma área muito maior e tem numerosos pontos de saída que permitem a deslocação de pessoas para fora de uma área afectada pela febre aftosa.

O Departamento Veterinário da África do Sul considera esta área um risco de doenças dos animais e efectua a vigilância das doenças. Além disso, considera Moçambique um risco para várias doenças de animais, incluindo a febre aftosa e a tuberculose bovina. Moçambique é uma área endémica de febre aftosa e, como tal, existem

procedimentos de vacinação em vigor a norte da fronteira. Com base nos resultados de testes efectuados ao longo das últimas décadas, não foi detectada nem a tuberculose nem a febre aftosa - a administração do parque considera que este é um parque "livre de doenças". Os funcionários do Departamento de Veterinária da África do Sul consideram que a remoção da vedação constitui um risco de doença e, de acordo com as suas políticas, não podem concordar com a remoção da vedação, tendo indicado que o assunto deve ser apresentado ao Departamento Nacional para apreciação. A Unidade Nacional da ACTF está no processo de elevar este assunto para uma discussão interdepartamental.

Protecção e Segurança

O crime transfronteiriço, especialmente da África do Sul para Moçambique, constitui uma ameaça e um risco importantes. Existe uma indústria de contrabando significativa, especialmente de automóveis roubados para Moçambique, mas também de outras coisas que saem de Moçambique. Existe também furto de gado de Moçambique para a África do Sul. Nenhum destes crimes está a acontecer ao longo da fronteira comum dos dois parques ou mesmo ao longo das fronteiras não sobrepostas, mas sim a leste da fronteira do PNAM e a oeste de Tembe. Os limites do parque permanecem seguros.

Em Tembe, os militares efectuavam anteriormente patrulhas, mas após incidentes com elefantes, a administração do parque concordou em prestar este serviço e os militares deixaram de efectuar patrulhas. Continua a existir um ponto de controlo de segurança na fronteira nordeste de Tembe onde existe uma presença militar.

Moçambique tem uma polícia de fronteira que está posicionada ao longo da fronteira e identifica e lida com quaisquer ameaças. Não está presente no PNAM, mas existem piquetes em alguns dos povoados.

A Autoridade de Gestão de Fronteiras (AGF) e os Serviços de Polícia Sul-Africanos (SAPS), ambos na África do Sul, têm frisado que esta é uma fronteira de segurança de alto risco, com grande actividade criminosa. Para este efeito, estão a ser construídos um "muro" e uma vala em alguns locais, especialmente a leste do TEP, pelo que consideram que a remoção da vedação aumenta o risco, embora actualmente nenhuma destas actividades ilegais ocorra nos parques.

É importante notar que todas as actividades ilegais mencionadas acima não ocorreram a atravessar o limite comum dos parques e, portanto, as vedações.

Quadro Legal e de Políticas

Internacional e Regional

Embora as administrações tanto do TEP como do PNAM estejam primariamente sujeitas aos quadros legais nacionais, os compromissos internacionais (convenções globais e protocolos/tratados regionais) desempenham um papel importante na influência da legislação nacional. Os seguintes compromissos internacionais globais destacam o papel das áreas de conservação e, em particular, da conectividade ecológica:

- Convenção das Nações Unidas sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, 1975
- Convenção das Nações Unidas sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Selvagens, 1983
- Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, 1992
- Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, Versão Revisada, 2003.

A nível regional, a conectividade e a colaboração ecológicas são expostas nos seguintes instrumentos:

- Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Conservação da Fauna Bravia e Aplicação da Lei, 1999
- Memorando de Entendimento sobre a Cooperação no domínio da Biodiversidade, Conservação e Gestão assinado entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República da África do Sul, 2014
- Protocolo geral e protocolos componentes para a ACTF dos Libombos.

Em 22 de Junho de 2000, os governos de Moçambique, África do Sul e Suazilândia assinaram protocolos gerais e específicos sobre a criação da ACTF dos Libombos, incluindo o protocolo que cria a ACTF Usuthu-Tembe-Futi, que inclui o PNAM em Moçambique e o TEP e a Reserva de Caça de Ndumo (*Ndumo Game Reserve*) na África do Sul. (Figura 1. Área de Conservação Transfronteiriça dos Libombos

). Este protocolo refere-se às ligações previstas entre o TEP e a Reserva de Caça de Ndumo através de um corredor estreito de terras de propriedade comunitária conhecido como a área comunitária de Mbangweni e entre as áreas de conservação sul-africanas e o PNAM através do corredor de Futi. A área proposta irá consolidar uma área de conservação de aproximadamente 2,000km².

Os países desenvolveram um Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) para a conservação da componente Libombos-Goba e Usuthu-Tembe-Futi da ACTF em 2014, mas que, entretanto, caducou. No mesmo ano, foi assinada pelas autoridades competentes uma Estratégia de Operações Conjuntas para a área de gestão conjunta: Reserva Especial de Maputo e TEP para entrar em vigor, tendo sido aprovada pela Comissão da ACTF dos Libombos. A estratégia previa a formação de uma Comissão de Gestão Conjunta do Parque (CGCP), que foi formalmente estabelecida em Julho de 2014, e que se reúne regularmente para colaborar nas actividades de conservação, protecção e desenvolvimento. Foi esta comissão que solicitou apoio para o presente estudo de viabilidade.

A Comissão da ACTF dos Libombos lançou recentemente um concurso para a elaboração de um PDI para toda a ACTF dos Libombos, que integrará os vários quadros das componentes da ACTF dos Libombos.

Nacional

O quadro legal/político nacional dos países é específico e variável. É necessário harmonizá-lo para permitir a colaboração e a cooperação entre eles.

Moçambique

Governança do PNAM

A Lei de Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica (Lei 15/2017), estabelece os princípios e normas básicas para a protecção, conservação, restauração e uso sustentável da diversidade biológica em todo o território nacional, especialmente nas áreas de conservação, bem como uma administração integrada para o desenvolvimento sustentável do país. Esta orienta também a administração das áreas de conservação, incluindo o mecanismo de participação das partes interessadas.

O PNAM foi criado a 31 de Dezembro de 2021, nos termos da lei de conservação, consolidando a antiga Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro (estabelecida em 2000) e a Reserva Especial de Maputo, que foi estabelecida em 1960 para proteger a população de elefantes na região. Em 1969, foi redesignada como "Reserva Especial do Maputo", para realçar o estatuto de conservação para além dos elefantes.

A 14 de Junho de 2011, o corredor de Futi foi proclamado como uma extensão da Reserva Especial de Maputo, expandindo assim a reserva em 240km², e colocando-nos um passo mais perto de restaurar a circulação transfronteiriça de elefantes.

Ao abrigo da Lei 15/2017, a ANAC é responsável pela supervisão de todas as áreas protegidas em Moçambique. A ANAC é um instituto público criado pelo Governo de Moçambique em 2011, cuja missão é "coordenar e desenvolver um Sistema Nacional de Áreas de Conservação em Moçambique". É orientada pelo seu Plano Estratégico 2016-2024. Assim, a ANAC é responsável pela gestão de todas as áreas protegidas de forma a garantir o uso sustentável dos recursos naturais encontrados em cada local. Para alcançar este objectivo, a ANAC está empoderada para desenvolver qualquer infra-estrutura necessária para a gestão da diversidade biológica, bem como para actividades económicas identificadas que contribuam para a realização progressiva da auto-suficiência financeira de áreas protegidas individuais. A ANAC gere actualmente o PNAM.

Foi criado um Conselho de Gestão nos termos da lei de conservação, como um órgão consultivo para a Administração do Parque. O Conselho de Gestão é presidido pelo Administrador do Parque e é constituído por representantes das comunidades locais, associações do sector privado e social e pelo(s) Administrador(s) do(s) distrito(s) onde o parque está localizado. As suas deliberações e pareceres estão definidos na lei acima referida.

Em 2018, o Governo de Moçambique e a PPF assinaram um acordo de parceria para, em conjunto com a ANAC de Moçambique, desenvolverem o PNAM de acordo com um plano estratégico de negócios, com a Peace Parks a fornecer apoio técnico e financeiro para as actividades de conservação e de desenvolvimento do turismo.

Quadro e contexto jurídico orientadores da gestão do PNAM

Para além da lei e dos regulamentos que estabelecem o parque e o mandato para a sua gestão, os instrumentos regulamentares relevantes e os acordos subsidiários aplicáveis à gestão do PNAM, tais como a Política Fundiária (2022), a Política Ambiental (1995) e a Política Florestal e da Fauna Bravia (2020) são referenciados no plano de manejo do parque.

No entanto, é importante sublinhar o seguinte, uma vez que destaca uma abordagem ecossistémica e a obrigação de cuidado relativamente ao impacto ambiental:

- O plano de manejo do parque - 2023-2033, e o regulamento específico do parque.
- Instrumentos de nível operacional, tais como o mecanismo de reparação de reclamações do parque e a Estratégia de Resolução do Conflito Homem-Fauna Bravia.
- Política nacional de mitigação do CHFB.
- A Política de Conservação e a sua Estratégia de Implementação (2009) - os principais documentos orientadores para o desenvolvimento das áreas protegidas em Moçambique. A visão desta política é: *Os recursos naturais biológicos conservados e os seus ecossistemas constituídos por uma ampla biodiversidade de espécies de flora e fauna saudáveis, para o benefício do Homem, contribuindo para a manutenção da vida, crescimento económico e erradicação da pobreza em Moçambique.*
- O país tem uma Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica (2015-2035), que prevê: *Em 2035, o valor ecológico, socioeconómico e cultural da biodiversidade em Moçambique irá contribuir directamente para a melhoria da qualidade de vida dos Moçambicanos, derivado da sua gestão integrada, conservação e uso justo e equitativo.*
- Moçambique emitiu um Decreto em 2015 sobre o processo de impacto ambiental, que se aplica a todas as entidades, públicas e privadas, que possam ter actividades que possam resultar em impacto ambiental. Existem quatro categorias de acções de A a C. A categoria A+ é a mais elevada e refere-se a acções que, devido à sua complexidade, localização e irreversibilidade e magnitude dos possíveis impactos, não só merece um elevado nível de vigilância social e ambiental, mas também o envolvimento de especialistas no processo de avaliação do impacto ambiental. Isto inclui, entre outras, todas as actividades dentro das áreas de conservação e das suas zonas tampão, excepto quando a administração da respectiva área de conservação pretenda levar a cabo uma actividade para fins de gestão (como seria o caso da construção ou da remoção de vedações).
- O PNAM faz parte da Área de Protecção Ambiental (APA) de Maputo, criada em 2019, abrangendo uma área do Distrito de Matutuine e a Ilha de KaNyaka. A APA foi estabelecida no contexto de um Plano Especial de Ordenamento do Território (2021), que apresenta o quadro para alcançar a visão para a área de planeamento, incluindo categorias de uso da terra, definindo os usos apropriados, permitidos e proibidos para cada categoria de uso, e os princípios de ordenamento do território para as principais localizações e desenvolvimento de assentamentos humanos. Inclui também o programa de execução do plano, definindo prioridades e estruturando acções, planos e projectos para a sua implementação, bem como parâmetros de monitoria e avaliação.

A administração do PNAM está no processo de preparação da documentação para a sua nomeação como património mundial ao abrigo da Convenção do Património Mundial, através de uma extensão do estatuto de património mundial existente do Parque das Zonas Húmidas de Isimangaliso. As componentes marinhas do PNAM e do Parque das Zonas Húmidas de Isimangaliso fazem parte da ACTF Kosi Bay-Ponta do Ouro (Figura 1. Área de Conservação Transfronteiriça dos Libombos

-).

África do Sul

Governança do TEP

O TEP foi proclamado em terras comunitárias, sob a liderança da Autoridade Tradicional de Tembe, pelo então Governo do KwaZulu, nos termos da Notificação do Governo do KwaZulu n.º 73 de 1983, em 21 de Outubro de 1983. O Conselho de Ministros do KwaZulu também aprovou o seguinte conjunto de condições para a Autoridade Tradicional de Tembe:

- As populações que vivem no parque proposto devem deslocar-se para as áreas indicadas pela Autoridade Tradicional de Tembe ou para áreas da sua própria escolha.
- As pessoas receberão uma compensação em dinheiro para os seus melhoramentos a preços em vigor e receberão assistência para transportar os seus pertences e material de construção.
- Todas as pessoas devem mudar-se antes da finalização da vedação, o mais tardar até 30 de Junho de 1984.
- Se não houver abastecimento de água, serviços clínicos ou estabelecimentos de ensino na área do novo estabelecimento, estes serão fornecidos pelo Governo de KwaZulu.
- A Autoridade Tradicional de Tembe receberá 25% do lucro líquido obtido pelo TEP.
- A Autoridade Tradicional de Tembe terá representação em qualquer órgão ou conselho de controlo estabelecido para o parque.
- Os excedentes de carne de caça e produtos derivados serão, em primeiro lugar, oferecidos à população da área através da Autoridade Tradicional de Tembe.
- O parque será vedado, fiscalizado e proclamado nos termos da secção 29 da Lei 8 de 1975, o mais rapidamente possível.

A nova proclamação do TEP teve lugar a 13 de Abril de 1993, nos termos da Notificação do Governo de KwaZulu n.º 17 de 1993. A segunda proclamação foi feita em termos de um diagrama de proclamação com levantamento em vez de uma descrição escrita referente a sinais luminosos e apresenta a dimensão do TEP como sendo 30 013,3236 ha.

O Conselho de Conservação da Natureza de KwaZulu-Natal, estabelecido nos termos da Lei de Gestão da Conservação da Natureza de KwaZulu-Natal n.º 9 de 1997, foi nomeado pelo MEC de KwaZulu-Natal: Agricultura e Assuntos Ambientais como a autoridade de gestão de todas as áreas protegidas provinciais em KwaZulu-Natal. A agência de implementação do Conselho é a EKZNW.

O Conselho de Conservação da Natureza de KwaZulu-Natal é responsável pela apresentação de relatórios sobre a gestão do TEP ao Membro do Comité Executivo Provincial de KwaZulu-Natal designado (MEC) e ao Primeiro-Ministro, assegurando assim a coordenação dos assuntos que possam afectar o TEP através dos departamentos provinciais, distritos e municípios locais relevantes.

Uma vez que a Autoridade Tradicional de Tembe não tinha qualquer estatuto legal, o Ingonyama Trust Board foi criado em 1994, como entidade legal detentora de terras em nome da autoridade tradicional. O Ingonyama Trust Board foi constituído em conformidade com o KwaZulu Ingonyama Trust Act, 1994 (Lei n.º 3 de 1994). Em conformidade com esta lei, a propriedade da terra foi atribuída ao Ingonyama Trust Board, que é responsável pela administração da terra comunitária.

Durante Março de 1998, a comunidade Tembe apresentou uma reivindicação de terra contra a terra comunitária que compõe o parque, nos termos da Lei de Restituição de Direitos de Terra n.º 22 de 1994. Esta reivindicação foi bem-sucedida, tendo sido assinado um Acordo de Compensação a 2 de Fevereiro de 2008. De acordo com a Lei de Restituição dos Direitos à Terra, a terra reivindicada só pode ser transferida em título para uma entidade legal que represente os originalmente desapropriados ou os seus descendentes directos. O Tembe Community Trust foi estabelecido para representar formalmente a comunidade que foi anteriormente desapropriada e à qual foram oficialmente atribuídas as suas terras e compensações. No âmbito deste processo, os requerentes adjudicados continuam a aguardar a conclusão do processo de entrega do título de propriedade ao Trust pelo Ingonyama Trust Board. Uma condição fundamental para a transferência de terras é que os proprietários reclamantes de terras não ocuparão fisicamente a terra e o uso da terra não será alterado e permanecerá uma área de conservação em perpetuidade sob a gestão da autoridade de gestão existente (EKZNW). Consequentemente, foi celebrado um acordo de Co-Gestão entre o EKZNW e o Tembe Community Trust.

Quadro e contexto jurídico orientadores da gestão do TEP

Para além da lei e dos regulamentos que estabelecem o parque e os seus mecanismos de governação, na conservação e gestão da biodiversidade do KwaZulu-Natal, as operações do EKZNW são realizadas no âmbito de um amplo quadro de políticas. A nível nacional, a política global está definida nos seguintes:

- Livro Branco sobre a Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica da África do Sul, de 1997.
- A Abordagem Bioregional às Áreas Protegidas da África do Sul, 2001/2002.
- Directrizes para a Gestão dos Recursos Naturais com base Comunitária, 2003.
- Princípios nacionais de gestão ambiental estabelecidos na secção 2 da Lei Nacional de Gestão Ambiental.
- Normas e padrões relevantes estabelecidos pelo Ministro e pelo MEC em termos das Leis das Áreas Protegidas e da Biodiversidade.

Instrumentos adicionais de importância incluem:

- O plano de gestão da área protegida do TEP, 2015.
- Plano Estratégico de Cinco Anos e Plano de Desempenho para 2009-2014 - adoptado pelo EKZNW e que tem a seguinte visão: *Ser um líder de renome mundial no domínio da conservação da biodiversidade.*
- Estratégia de Expansão das Áreas Protegidas Nacionais (National Protected Area Expansion Strategy-NPAES; DEAT 2008) que aborda a protecção eficaz e a representação de todos os tipos de vegetação no sistema de áreas protegidas. O objectivo da NPAES é fornecer um quadro nacional para a expansão e consolidação do sistema de áreas protegidas, concentrando-se em áreas prioritárias para a representação e persistência da biodiversidade. Em termos de NPAES, as áreas em torno do limite norte do TEP são identificadas como prioritárias para a expansão da área protegida. O TEP insere-se na Região 24 das áreas foco da NPAES, a Área Foco Maputland Delagoa iMfolozi em KwaZulu-Natal. Com base na NPAES, a nível nacional, o TEP é uma área protegida estrategicamente importante que forma um ponto nodal crítico para a expansão dos esforços da área protegida.
- Estratégias de conservação e de desenvolvimento social para a ACTF - a criação de ligações transfronteiriças entre o TEP e as autoridades e comunidades das zonas fronteiriças de Moçambique e eSwatini será promovida e mantida pela administração do TEP em conformidade com estas estratégias.
- O Plano de Expansão da Área Protegida de KwaZulu-Natal (Ezemvelo KZN Wildlife 2010) também identificou as áreas nas imediações das fronteiras da TEP como prioritárias para a expansão da área protegida e a TEP constitui um núcleo fundamental na criação de um sistema de áreas protegidas interligadas na região. Certas áreas em redor do TEP são caracterizadas por níveis elevados de não substituíbilidade, em grande parte devido a perdas de habitat natural. As terras identificadas como prioritárias para a expansão de áreas protegidas podem ser incorporadas no TEP, quer através da aquisição de terras, quer através de acordos de supervisão e orientação, estabelecidos com proprietários de terras individuais ou comunidades. Podem surgir oportunidades que permitam o estabelecimento de novas áreas protegidas formais ou de outras áreas de gestão da conservação em terras limítrofes ou nas proximidades do TEP, em colaboração e cooperação com as comunidades e os proprietários de terras relevantes. É provável que isto contribua para o planeamento da conservação do EKZNW e para os objectivos combinados da ACTF da Conservação dos Libombos-Goba e Usuthu-Tembe-Futi através de uma conservação mais eficaz do património natural e cultural.
- Nos termos do Regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) da Lei Nacional de Gestão Ambiental (n.º 107 de 1998), várias actividades necessitam de autorização ambiental antes de poderem ser iniciadas. Adicionalmente, nos termos do Regulamento RN.546, Notificação de Listagem nº 3, existem várias actividades que requerem aprovação ambiental especificamente como resultado da sua proximidade a uma área protegida. Isto implica que, se alguma das actividades enumeradas no Anexo F for proposta na área protegida ou num raio de 5 km da mesma, estas serão sujeitas a uma avaliação básica ou a um processo completo de definição do âmbito e AIA. Várias actividades gerais e as actividades propostas tanto para o desenvolvimento turístico como para a gestão operacional no âmbito do TEP ou das suas áreas tampão irão, portanto, requerer igualmente uma autorização ambiental.

Envolvimento das partes interessadas e principais constatações

As partes interessadas foram consultadas nos dois países em ocasiões distintas, com o apoio dos Fiscais do PNAM e do TEP, em termos de convocação de reuniões e de logística.

Detalhes das reuniões e abordagens adoptadas estão apensos (Anexo II) e os resultados principais resumidos abaixo.

Foram realizadas consultas em **Moçambique** com representantes dos seguintes grupos-chave (i) a comunidade empresarial nas imediações da Ponta do Ouro; (ii) oficiais do governo local e regional da imigração, segurança, incluindo as agências da Polícia e da Patrulha de Fronteiras; (iii) oficiais do parque por parte do PNAM; iv) a associação de produtores de gado; e (v) comunidades locais, especialmente as que se situam ao longo dos limites leste e oeste do Futi. Segue-se um resumo das principais constatações:

- A comunidade empresarial reconheceu as oportunidades relacionadas com o desenvolvimento do turismo ligadas à capacidade de comercializar a área como um destino dos “Big 5”. O desenvolvimento do turismo apresenta oportunidades associadas ao emprego e aos serviços de apoio e às empresas.
- As autoridades moçambicanas mostraram-se, de um modo geral, receptivas ao projecto, embora sujeito ao consenso por parte de todas as agências e departamentos relevantes (Ministério do Interior, Ministério da Defesa, Polícia de Fronteiras, Polícia de Fauna Bravia e ANAC) sobre o caminho a seguir para implementar o projecto. Os oficiais de segurança mencionaram a necessidade de um maior envolvimento com oficiais superiores, enquanto a imigração indicou que a circulação de turistas sem seguir o procedimento de fronteira não era, por enquanto, possível.
- A equipa do PNAM apoiou plenamente a remoção da vedação. Esta acrescentava um valor importante em termos de biodiversidade, melhorando a resiliência e a riqueza de espécies. Em termos de gestão, a vedação não era da sua responsabilidade. A adição de leões e, possivelmente, de rinocerontes e outros predadores aumentaria os seus custos de gestão e esta equipa apoiou as medidas de mitigação, ver secção sobre CHFB.
- Os proprietários de gado mostraram-se preocupados com a existência do CHFB e expressaram que a remoção das vedações pode piorar a situação, devido ao aumento da circulação de elefantes e à fuga de leões para Moçambique. Durante o período deste estudo, registou-se a fuga de cães selvagens do TEP para Moçambique onde mataram gado.
- As comunidades locais em geral também levantaram questões sobre o CHFB e a segurança da vedação. Também se mostraram preocupadas com outras questões históricas que têm com os parques (pagamento da sua percentagem das receitas do parque). Eles demonstraram cepticismo em relação ao projecto, a menos que todas as medidas necessárias estivessem em vigor, tais como vedações adequadas para protegê-los dos elefantes e dos carnívoros. Os líderes comunitários foram mais receptivos ao projecto uma vez que já tinham sido expostos a informações sobre a ACTF dos Libombos, mas também estão preocupados com a segurança da comunidade.

As discussões com as partes interessadas na **África do Sul** foram principalmente com o pessoal do parque no TEP, uma reunião com oficiais de segurança e protecção (AGF), imigração e veterinária e uma reunião subsequente com representantes da comunidade local. A equipa de estudo não pôde envolver directamente o Tembe Trust, uma vez que não havia *trustees* formais em exercício durante a vigência deste estudo - as eleições do *Trust* ainda não tiveram lugar. No entanto, a equipa do TEP estabeleceu, contudo, contactos com a liderança tradicional, separadamente. As principais constatações foram:

- As autoridades sul-africanas (AGF e Autoridades Veterinárias) estão preocupadas com o aumento das actividades criminosas devido à remoção da vedação e são mais reservadas em relação ao projecto.
- As comunidades (e os proprietários do TEP) ficaram entusiasmados com a possibilidade de receberem mais turistas, devido às atracções no PNAM e na Ponta do Ouro (o mar, as tartarugas marinhas e as baleias) - estes vêem o projecto como desencadeando oportunidades de negócio.

Tráfego de pessoas

O promotor deste estudo estava preocupado com o risco de um aumento do tráfego de pessoas no caso de a vedação entre o PNAM e o TEP ser removida. Apresenta-se a seguir uma panorâmica do quadro legal bem como uma breve análise a este respeito.

Moçambique registou o primeiro caso de tráfico de pessoas em 2003 em Nampula, onde várias crianças desaparecidas foram encontradas mortas sem alguns órgãos. Este caso foi muito mediatizado, o que levou o Ministro do Interior a confirmar em 2004 a existência de casos de tráfico de pessoas com o objectivo de extracção de órgãos. A partir dessa altura, foram realizados vários estudos para compreender o fenómeno⁵.

Em 2008, foi introduzida a primeira lei sobre o tráfico de pessoas em Moçambique (Lei 6/2008 de 9 de Junho de 2008). Com a aprovação da Lei 17/2020, de 23 de Maio, a questão da remoção de órgãos humanos foi também incluída no Artigo 196(2) do Código Civil.

Moçambique ratificou a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo) (2000), em 20 de Setembro de 2022⁶.

A África do Sul assinou o Protocolo das Nações Unidas sobre o Tráfico de Pessoas em Dezembro de 2000 e ratificou-o em Fevereiro de 2004.

Moçambique é um país de origem e de trânsito para actividades de tráfico de pessoas. O principal destino dos moçambicanos traficados é a África do Sul, a principal potência regional. A escala de crescimento do tráfico de pessoas de África para o Médio Oriente sugere que Moçambique, tal como muitos outros países africanos, pode já estar a contribuir para este negócio transnacional. Principalmente mulheres e moças, mas também rapazes, são traficados para fins de exploração sexual, trabalho forçado e extracção de órgãos humanos. A exploração sexual e o trabalho forçado são os principais objectivos do tráfico ilegal em Moçambique⁷.

Os padrões tradicionais de migração de mão de obra de Moçambique para a África do Sul; a prática de as crianças serem emprestadas/enviadas para membros da família em melhor situação para serem criadas; e os procedimentos causais nas fronteiras contribuem para a aceitação e as expectativas de movimentos não regulamentados entre os dois países. Isto torna um pouco difícil identificar as situações em que as pessoas estão a ser traficadas, de acordo com alguns líderes da comunidade de Phuzza, embora alguns destes migrantes possam estar sujeitos a trabalhos forçados ou a ser usados para o comércio de órgãos.

Várias redes de tráfico de relativamente pequena escala operam usando táxis do tipo carrinhas para contrabandear migrantes e mulheres através da fronteira. Estas redes estão sediadas em casas de trânsito na região fronteiriça entre Moçambique, eSwatini e África do Sul e operam através de uma rede de cúmplices em Joanesburgo, Maputo e na região dos Libombos, que recrutam, transportam, alojam e transferem mulheres.

O gabinete de imigração da Fronteira de Ponta do Ouro, no lado moçambicano, colocou um cartaz de sensibilização, chamando a atenção para o tráfico de pessoas. As autoridades sul-africanas coordenam os esforços de combate ao tráfico entre vários departamentos, incluindo a autoridade de gestão das fronteiras, e realizam actividades de sensibilização com vários parceiros, incluindo os sindicatos de taxistas.

A área proposta para a remoção da vedação é a área contígua entre o TEP e o corredor Futi no PNAM. Esta área não é conhecida por ter qualquer tipo de circulação de criminosos ou pessoas não ligadas aos parques. A abertura da vedação irá, em contrapartida, gerar uma maior presença do pessoal do parque para levar a cabo as suas práticas de gestão, o que aumentará a presença das autoridades. A remoção da vedação pode resultar numa abertura para os turistas visitarem os dois parques. Este facto pode aumentar a vulnerabilidade da área para se tornar uma passagem de criminosos que podem ser considerados turistas. Devem ser adoptadas medidas de segurança reforçadas para evitar este tipo de uso da abertura para turistas. No entanto, o movimento turístico nesta fase não é apoiado pelos oficiais.

As comunidades não foram especificamente interpeladas sobre o tráfico de pessoas, no entanto, um dos líderes mencionou que, normalmente, as jovens viajam para a África do Sul à procura de trabalho e acabam por ser

⁵ Nhatave, Girino (2022) Resenha, Tráfico de Pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique

⁶ Nhatave, Girino (2022) Resenha, Tráfico de Pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique

⁷ 2003 IOM Report *Seduction, Sale and Slavery: Trafficking of Women and Children for Sexual Exploitation in Southern Africa* [Relatório da OIM *Sedução, Venda e Escravidão: Tráfico de Mulheres e Crianças para Exploração Sexual na África Austral*]

escravizadas para fins de trabalho sexual. Ele mencionou também um caso em que um menino de três anos foi encontrado morto em Matutuine sem órgãos, mas que na sua opinião isso não estava relacionado com o movimento fronteiriço. Embora o tráfego de pessoas seja uma realidade bem conhecida, ele não vê a remoção da vedação como um aumento do tráfego de pessoas, uma vez que a vedação actual não constitui um impedimento.

RECOMENDAÇÕES E SOLUÇÕES PROPOSTAS

Benefícios da Biodiversidade

O TEP e as suas imediações permanecerão praticamente inalterados em termos do *status quo* prevalecente se a vedação for aberta para a circulação da fauna bravia. O impacto mais importante e significativo, provavelmente positivo, será a criação de novos habitats e recursos para a maioria das espécies de fauna bravia, que, de acordo com a administração de Tembe e apoiada por dados de monitoria, são povoadas a níveis elevados e estão a implementar operações de abate dispendiosas para eliminar a pressão sobre a vegetação causada pelo pastoreio e pelo uso intensivo da terra. No entanto, a administração indicou que a remoção de animais do parque, através do seu abate, não era tecnicamente permitida ao abrigo da legislação em vigor e que, por conseguinte, considerava vantajoso aliviar a pressão sobre a vegetação devido ao elevado número de fauna bravia num sistema tão reduzido.

A área mais impactada será o PNAM. É provável que o PNAM venha a receber mais fauna bravia à medida que se desloca através da fronteira para norte, incluindo espécies não presentes no PNAM. Estas incluem o leão e potencialmente o rinoceronte preto (o rinoceronte branco foi removido devido à caça furtiva) e o cão selvagem, embora estes tenham sido removidos em Agosto de 2023. Os predadores serão uma adição bem-vinda ao PNAM devido à sua importância para o ciclo trófico e à pressão de selecção que exercerão sobre as presas. Estes processos de restauração são uma componente essencial do desenvolvimento da resiliência. A fauna bravia adapta-se rapidamente a novas ameaças, o que pode contribuir para forçar o movimento e a distribuição das presas na paisagem e ajudar a eliminar a pressão sobre determinados habitats.

A resiliência da biodiversidade adquirida ao permitir a livre circulação de todas as espécies é uma enorme vantagem. É bem-sabido que paisagens de maiores dimensões, que incluem uma variedade de habitats, constituem uma excelente forma de protecção contra os impactos negativos que as alterações climáticas poderão vir a causar. Os benefícios ecológicos descritos em linhas gerais são mais fáceis de enumerar, mas difíceis de quantificar. O aumento da área e a maior variedade de habitats também permitem populações maiores de espécies individuais, o que aumenta a resiliência genética. Além disso, a presença de predadores no PNAM contribui para a selecção natural e melhora a aptidão genética.

Os Custos

Existem motivos convincentes muito fortes que apoiam a abertura das vedações, sendo a biodiversidade o maior vencedor global desse resultado conforme descrito acima em linhas gerais. No entanto, subsistem alguns desafios, que são descritos a seguir:

- **Propagação de doenças animais** - A remoção das vedações pode contribuir para este facto. É difícil quantificar o risco, mas basta dizer que outras deficiências operacionais e administrativas existentes na contenção de doenças animais provavelmente são muito superiores aos riscos caso a vedação seja removida. Assegurar que a vigilância das doenças continue a ser efectuada de acordo com os protocolos existentes permitirá fazer face aos principais riscos. A maior ameaça actualmente, e provavelmente quando as vedações forem removidas, continuará a ser a circulação de gado que ocorre fora das vedações existentes no parque.
- **CHFB em Moçambique** – Provavelmente o mais importante e significativo. O problema já existe e, sem medidas de mitigação, é provável que se agrave com a presença de predadores agora na paisagem. Existe, no entanto, uma estratégia para lidar com este problema. Ver a seguir.
- **Questões operacionais** – O PNAM terá de gerir o parque para lidar com os predadores e os seus impactos. A administração terá de assegurar fundos adicionais para gerir esta situação. Além disso, um sistema aberto irá exigir uma colaboração muito boa entre as entidades de gestão para garantir que as intervenções de monitoria e gestão estejam alinhadas. Já existe uma Comissão que permite esta gestão (a CGCP).

- **Segurança** – Toda esta fronteira é um hotspot de segurança. No entanto, a fronteira entre os parques não tem sido o foco destas actividades ilegais. Na realidade, os parques oferecem uma camada adicional de segurança através do controlo da gestão dos acessos e das patrulhas internas e do perímetro. O acesso também é feito a alguma distância e através de areia espessa, o que constitui um obstáculo adicional. É necessário melhorar o diálogo com os oficiais superiores em Pretória.
- **Questões comunitárias** – Estes estão principalmente associados ao CHFB, mas no lado moçambicano podem surgir outros problemas comunitários, devido à pouca confiança por parte das comunidades. É necessário o envolvimento da comunidade em todas as fases do projecto. O parque dispõe, no entanto, de um mecanismo de reclamações e de um sistema de resposta para resolver os problemas e reduzir este risco.
- **Questões económicas** – A parte inferior do Futi poderá comercializar um destino dos "Big 5". Este facto constituirá provavelmente uma oportunidade para desenvolver produtos turísticos. Isto representa uma oportunidade importante para criar emprego e contribuir para o rendimento do parque.
- **Legal/político** – existe um quadro legal de apoio para a maioria das questões acima referidas, no entanto, a forma como estas são interpretadas na África do Sul continua por clarificar. O quadro do ACTF é muito claro e a interpretação noutros locais, tais como o Parque Nacional do Limpopo, foi muito bem implementada. Esta questão necessita ainda de mais contributos das autoridades competentes para clarificar a interpretação e a implementação.

Propagação de Doenças Animais

A remoção das vedações permite a circulação de animais com os seus agentes patogénicos, espalhando as doenças que a vedação estava a servir de barreira. Os desafios veterinários para a paisagem serão a incongruência com as realidades pragmáticas no terreno e o movimento fluido de animais - principalmente gado (todos ilegais) - versus os requisitos legais de cada país que serão necessários para permitir a remoção da vedação.

No processo, pode haver um risco de doenças para a fauna bravia no TEP (se a fauna bravia no PNAM for portadora de doenças), que, de acordo com testes anteriores, está livre de tuberculose e de febre aftosa. O PNAM, no entanto, não tem o mesmo historial de testes e se estas doenças ocorrem ou não, não se sabe. Trata-se, portanto, de um risco desconhecido. O risco de doenças provenientes do gado de origem sul-africana fora do parque constitui um risco importante, provavelmente um risco maior. Este risco mantém-se com ou sem a vedação.

O envolvimento com uma abordagem integrada e interdisciplinar oferece a forma mais promissora de abordar estas questões: o bem-estar da fauna bravia, dos ecossistemas e dos animais domésticos. Esta abordagem deve ser a seguinte:

- **Harmonização da política veterinária** – Existem diferenças entre as legislações dos países. Sem alterar, mas concordando com práticas que não comprometam a legislação, a vedação pode ser retirada na fronteira, mas reposicionada em áreas adequadas, numa abordagem faseada.
- **Epidemiologia** – Há muito pouca capacidade para alterar o estatuto de doenças transfronteiriças, sobretudo no que respeita à febre aftosa, uma vez que todas as doenças locais estarão presentes em Moçambique e no norte do KwaZulu, na África do Sul. Melhores infra-estruturas para a criação de gado e maior segurança contribuirão para uma melhor gestão das doenças.

Não se pode responder inequivocamente se a vedação existente está a impedir qualquer "propagação de doenças". A evidência sugere que não existe qualquer doença conhecida nas populações de animais selvagens em qualquer um dos países. Há uma multiplicidade de outras deficiências no sistema que podem propagar a doença se esta estiver presente na paisagem, especialmente a circulação descontrolada e, na sua maioria, ilegal do gado. Sabe-se que a febre aftosa foi identificada e confirmada em animais no lado sul-africano. A remoção da vedação, com as medidas de mitigação propostas, ajudará a evitar a interacção entre a fauna bravia e o gado doméstico através de uma vedação melhorada nos limites dos parques. A propagação de doenças da fauna bravia para o gado doméstico e vice-versa será assim reduzida e gerida (provavelmente melhor do que actualmente). O movimento ilegal e não regulamentado de gado continuará, uma vez que está fora da capacidade de gestão dos parques.

O Departamento Veterinário da África do Sul é responsável pela vedação veterinária, incluindo as patrulhas, a manutenção e a aplicação da lei. Esta vedação só pode ser removida com o seu apoio e aprovação. Os representantes locais não podem tomar tais decisões, pelo que estas têm de ser elevadas a nível ao Departamento

Nacional. Para o efeito, é necessário o contributo da Unidade Nacional da ACTF. Isto já foi iniciado, mas levará tempo, pois é um processo lento e provavelmente não será resolvido durante o período de vigência deste estudo.

CHFB em Moçambique

As comunidades vizinhas adjacentes ao PNAM, especialmente ao longo da secção de Futi, sofrem perdas significativas devido aos danos causados pela fauna bravia. Os proprietários de gado expressaram a sua preocupação com qualquer aumento do número de fauna bravia e especialmente com um aumento de predadores perigosos. As suas preocupações são muito reais, tendo estes salientado que a política moçambicana de não compensação por quaisquer perdas sofridas devido a danos na fauna bravia acarreta um custo significativo para eles. Actualmente, o CHFB fora do PNAM é o problema real mais significativo com que eles se defrontam e estão preocupados com a probabilidade de os predadores aumentarem.

As comunidades circundantes serão provavelmente as mais afectadas pelo aumento do CHFB. É difícil quantificar este facto, uma vez que não existem dados quantitativos disponíveis sobre incidentes relacionados com predadores, mas a presença de leões e outros predadores é provavelmente um grande risco se a vedação for violada. As evidências da região, especialmente da África do Sul, mostraram que uma vedação bem construída e mantida contém com eficácia os grandes predadores.

O problema tem sido e provavelmente continuará a ser os elefantes que violam continuamente a vedação. Eles já estão espalhados por toda a paisagem e a remoção da vedação pode não alterar significativamente a incidência de CHFB relacionada com elefantes. **Error! Reference source not found.** mostra claramente a ocorrência limitada de violações da vedação e CHFB na fase inicial da área de remoção da vedação (Figura 12). Além disso, propõe-se que as medidas de mitigação sejam significativamente reforçadas nesta área, tal como detalhado a seguir.

A administração do PNAM é a favor da remoção da vedação, mas reconhece as preocupações reais levantadas pelas comunidades e partes interessadas, nomeadamente o CHFB. Para o efeito, propõe uma abordagem faseada. Isto incluiria a abertura inicial de uma pequena área de cerca de 35km² imediatamente a norte, tal como indicado no Figura 12. A área inclui a fronteira comum de 10 km, a linha vermelha a leste, excluindo o Futi (os elefantes usam extensivamente esta área, para terem acesso à água, e danificariam a vedação se ficassem sem acesso à água no Futi) e depois a linha de fronteira amarela a norte e a oeste. Tal implicaria o reforço do limite existente, a construção de um novo limite a leste e a remoção da vedação do limite comum, sendo as estimativas de custos apresentadas na Tabela I. Esta medida seria então monitorada e, se os leões e outros animais fossem contidos com êxito, seria alargada com mais consultas sobre a extensão da expansão. Além disso, a gestão do conflito entre CHFB seria alargada de modo a incluir o seguinte:

- Adquirir uma viatura adicional para a resposta ao CHFB
- Nomear mais pessoal e construir instalações adicionais de alojamento
- Assegurar o financiamento de reuniões comunitárias regulares

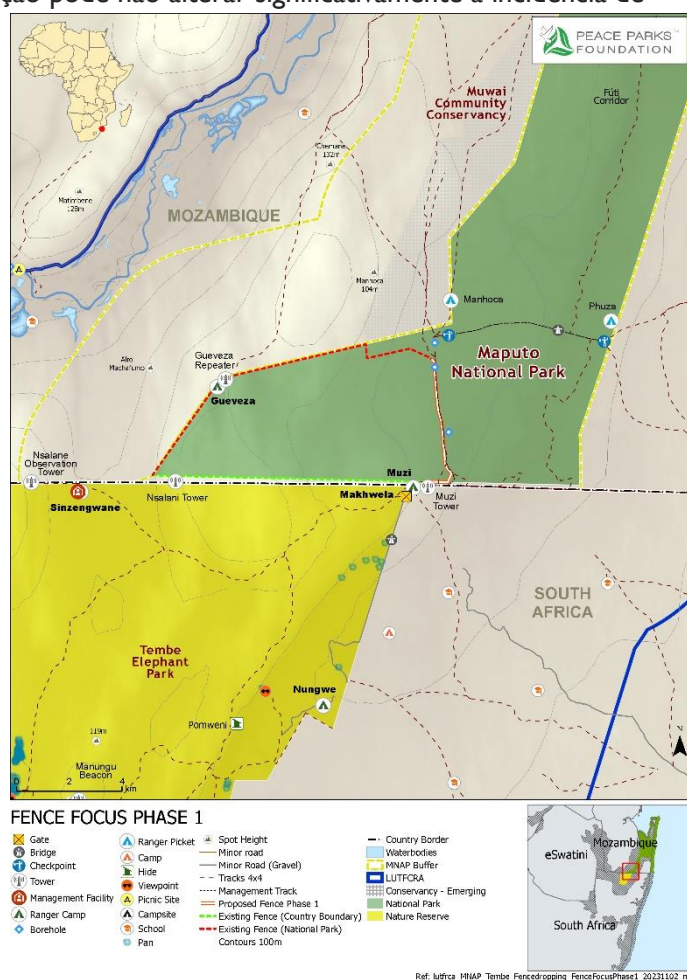


Figura 14. A expansão inicial na primeira fase da remoção da vedação

O MNAP abrangerá cerca de 3 500 ha, tal como indicado pela vedação da fronteira ocidental (linha tracejada a vermelha), a nova vedação do MNAP (linha vermelha e branca) e a vedação a remover ao longo da fronteira sul-africana (linha tracejada a verde).

- Nomear, pelo menos, seis (6) fiscais comunitários com rádios e motas quad para patrulharem a vedação e serem os primeiros a contactar em caso de fugas
- Colocação de coleiras, se necessário, em indivíduos ou grupos específicos
- Orçamento adequado para custos operacionais, incluindo reparações.

Os custos CAPEX são estimados em US\$209,000, enquanto os custos anuais de gestão contínua são estimados em US\$51,500 (Tabela 2). Esta medida irá criar emprego adicional, que poderá ser direccionado para os jovens e para as mulheres.

Tabela 1. Os custos de capital estimados (USD) para mitigar os impactos do CHFb com uma lista de itens e os custos estimados para a área de expansão inicial

CAPEX			
Fence costs	Distance	Cost/km	Total
New Futi Fence			
Erect new fence (along Futi)	4.7	6,500	30,550
Clear new futi Fence (along Futi)	4.7	1,800	8,460
Upgrade western fence	11.4	2,200	25,080
Upgrade boundary fence (to east of TEP)	6.7	Maybe phase 2	
Remove existing fence on border	10.3	2,000	20,600
Build accommodation for additional staff			40,000
Purchase vehicle for HWC		1	45,000
Quad bikes		4	40,000
TOTAL CAPEX			209,690

Tabela 2. Os custos de operação anuais estimados (USD) para mitigar os impactos do CHFb na área de expansão inicial.

Management expenses/year	Estimate
Additional management input	
Staff costs	Probably a team of 3 to 4 people on permanent standby 10,000
HWC mitigation	
Meetings	5,000
Fence repairs	5,000
Collars and tracking	6,000
Vehicle costs	10,500
Community fence patrol costs	15,000
Initial additional cost/year	51,500

O parque não dispõe actualmente de fundos para este efeito, mas estes poderiam ser obtidos através do programa de doadores que apoia actualmente a gestão do parque. É considerado prioritário, uma vez que a criação da ACTF é um resultado importante para o PNAM, razão pela qual este estudo foi identificado.

Os custos prováveis para o TEP podem melhorar, uma vez que a manutenção e o patrulhamento associado para a integridade da vedação da fronteira deixarão de ser necessários. Além disso, a necessidade de abate de animais também será reduzida.

A gestão da fauna bravia terá de ser alinhada, contudo, já existem estruturas para o efeito e a monitoria transfronteiriça da fauna bravia já está a ser efectuada, pelo que é improvável que haja um aumento dos custos a este respeito.

Os custos a longo prazo não foram delineados, caso a expansão se prolongue para além da fase inicial. Há demasiadas incógnitas para os quantificar e dependerão, em grande medida, dos contributos das partes interessadas e das lições aprendidas a partir da fase inicial. O estabelecimento da Conservação de Muwai pode reduzir

significativamente a pressão dos elefantes na vedação ocidental e, por conseguinte, o CHFB a oeste. A vedação da conservação constituirá uma melhoria significativa em relação ao desenho existente e provavelmente ajudará a reduzir significativamente as violações da vedação e o CHFB associado ao elefante. A gestão do PNAM está actualmente a melhorar a vedação do limite leste para o mesmo tipo de 'vedação porco-espinho', o que também pode mitigar quaisquer riscos.

Questões Operacionais

Uma área maior e contígua implicará uma colaboração mais estreita entre as agências de conservação nos dois países. As questões que provavelmente necessitarão de colaboração incluem as seguintes:

- Monitoria das populações de animais selvagens
- Gestão das populações de animais selvagens, incluindo introduções, remoções, monitoria de doenças, etc.
- Monitoria e gestão da vegetação, especialmente a gestão de incêndios
- Questões operacionais gerais, como a aplicação da lei, a suplementação de água e outras intervenções de gestão.

Estas e outras questões já estão a ser discutidas, sempre que necessário, na reunião de ligação frequente realizada entre os gestores do parque (a CGCP). Este importante fórum continuará a gerir as questões e não se antecipam custos ou intervenções adicionais significativas.

Segurança

Isto inclui duas áreas focais distintas, nomeadamente **a segurança relacionada com o parque e a componente criminal mais vasta.**

A segurança relacionada com o parque é, em grande medida, uma questão operacional e está discutida na secção sobre Questões operacionais. É pouco provável que a remoção da vedação tenha impacto nesta questão.

A segurança mais vasta fora dos parques inclui uma série de actividades ilegais e, em grande medida, fora do âmbito e do controlo da gestão do parque, embora contribuam para ajudar com algum apoio à segurança. É importante referir que as reuniões das partes interessadas não indicaram que a actividade criminosa entre os parques constituía actualmente um risco ou uma preocupação. É provavelmente a parte mais segura da fronteira internacional. A sua preocupação está mais relacionada com o facto de a remoção da vedação venha a aumentar de alguma forma esse risco. Não é claro como, uma vez que os dois parques efectuem controlos fronteiriços, mantêm as vedações do perímetro dos parques e operam um sistema de controlo de acesso. Além disso, o acesso rodoviário a estes parques é difícil, uma vez que as estradas são arenosas. A fauna bravia está presente, incluindo animais perigosos como o elefante, o búfalo e, no TEP, o leão e outros predadores.

No entanto, estas preocupações são importantes, uma vez que o seu apoio será necessário para qualquer remoção formal das vedações. As agências de segurança locais na África do Sul não podem, por conseguinte, apoiar a remoção de partes da vedação. Esta autoridade está fora do seu mandato e esta questão tem de ser elevada a níveis nacionais mais elevados na África do Sul. Este processo já foi iniciado, mas o processamento deste tipo de questões ao longo do sistema é moroso. A Unidade da ACTF é o veículo adequado para iniciar e conduzir este processo, uma vez que este deve ser realizado através dos departamentos governamentais e consoante o seu âmbito. A Unidade da ACTF tem conduzido este processo noutras ACTFs, mas isto levará tempo. Abrangerão todas as preocupações, incluindo a agricultura, os serviços veterinários, a saúde pública, a segurança, as forças de defesa, os assuntos internos, a imigração e outros.

Questões Comunitárias

Embora os parques e as áreas protegidas estejam geralmente associados a benefícios e valores relacionados (monetários) pelas comunidades locais devido à melhoria da qualidade do ambiente e a outros benefícios socioeconómicos, incluindo o emprego, as questões comunitárias na área do projecto, relacionadas com a remoção da vedação, são principalmente questões relacionadas com o CHFB, o acesso a recursos e alternativas de subsistência.

Neste estudo, a maior parte dos membros da comunidade no lado de Moçambique salientou preocupações em relação à sua segurança a partir de uma perspectiva de CHFB, embora reconhecessem os benefícios associados à protecção da fauna bravia e restrições de caça para beneficiar as gerações futuras, bem como recursos adicionais para programas relacionados com a conservação e meios de subsistência.

Em Moçambique, as Comissões de Gestão dos Recursos Naturais estarão envolvidas na implementação do projecto nas fases iniciais, caso os países decidam avançar, para garantir que todas as questões relacionadas com a comunidade, tais como o envolvimento das mulheres e dos jovens e as oportunidades de subsistência, sejam discutidas para mitigar os riscos para as comunidades. Em Moçambique, devido à partilha dos benefícios do parque com as comunidades, existe uma certa tensão entre as partes, principalmente devido a atrasos nos pagamentos dos 20% das receitas.

Na África do Sul, quase 90% de todas as áreas oficialmente protegidas fazem fronteira com comunidades rurais comunais ou estão situadas nas proximidades destas. À medida que as populações humanas aumentam e a procura de recursos naturais renováveis se intensifica, a frequência e a intensidade dos conflitos entre as áreas protegidas e as populações locais também irão aumentar. O mais comum destes problemas está relacionado com a crescente ocupação humana das terras adjacentes e com a extracção não autorizada de recursos dentro das áreas protegidas⁸.

O lado sul-africano (comunidade de Tembe) está mais organizado para se envolver na gestão do parque, através do Ingonyama Trust Board, que faz parte do Conselho de Administração do Parque. A relação entre a comunidade e o Parque é boa, uma vez que as comunidades são proprietárias do Parque.

Questões Económicas

Os impactos sociais positivos, pelo menos sentidos pelas comunidades locais, serão provavelmente limitados, a curto prazo. O efeito mais provável pode ser a melhoria do turismo, mas é improvável que isso aconteça imediatamente e provavelmente limitado a ocorrer em Moçambique a curto e médio prazo. O impacto líquido na África do Sul, sem permitir a circulação transfronteiriça de turistas entre os parques, poderá demorar algum tempo. Se isso viesse a acontecer, é provável que fosse através de uma facilidade de imigração limitada (provavelmente dispendiosa de desenvolver e operar) ou de livre circulação dentro dos dois parques e entre eles. No entanto, Moçambique não dispõe actualmente de um quadro legislativo que o permita, como é o caso do Parque Transfronteiriço de Kgalagadi, entre o Botswana e a África do Sul. O Parque Nacional do Limpopo, que provavelmente atrairá um número significativamente maior de visitantes do que o Parque Nacional Kruger, provavelmente criará um precedente nesse sentido, o que poderá abrir caminho para a sua implementação em Tembe/PNAM.

O impacto do turismo em Tembe, com a circulação de fauna bravia sem restrições, é provavelmente marginal, talvez ligeiramente negativo. A zona norte de Tembe, que faz fronteira com o PNAM, está classificada como uma zona selvagem e, por conseguinte, tem um número reduzido de turistas. No entanto, pode acontecer que animais importantes para a sua visualização, como o leão ou os cães selvagens, atravessem de Tembe para Moçambique e não possam, portanto, ser avistados pelos visitantes em Tembe.

A potencial vantagem para Moçambique e para a parte inferior do PNAM ao longo do Futi, dependendo da forma como a vedação é faseada, pode ser especialmente positiva. Isto ofereceria essencialmente um produto de observação de caça dos "Big 5" a uma hora de distância por carro de Maputo e a 30 minutos da Ponta do Ouro. Além disso, as comunidades adjacentes ao corredor do Futi manifestaram interesse em "incorporar" terras no PNAM, através do realinhamento das vedações e com o acordo da ANAC. Isto pode potencialmente desbloquear um valor significativo, como aconteceu na fronteira ocidental do Parque Nacional Kruger, onde os proprietários privados podem construir vários investimentos relacionados com a fauna bravia. Estes podem variar entre o turismo exclusivo, a caça de troféus, o abate, a venda de animais vivos ou mesmo propriedades residenciais. Estes usos da terra são permitidos ao abrigo da APA dentro da zona tampão e aumentariam significativamente a resiliência da biodiversidade do parque e provavelmente reduziriam o CHFB, uma vez que o estreito Futi é uma área constante de

⁸ *Aspects of the ecology and conservation status of selected wildlife in and around the Tembe Elephant Park, KwaZulu-Natal, South Africa- University of Pretoria etd Van Eeden DG 2006* [Aspectos da ecologia e do estado de conservação da fauna bravia seleccionada no Parque dos Elefantes de Tembe e arredores, KwaZulu-Natal, África do Sul- Universidade de Pretória]

fuga de elefantes. O uso da terra alinhado com a conservação e não baseado na agricultura irá certamente reduzir o CHFB.

Em termos financeiros, para o PNAM, o benefício será impulsionado em grande parte por uma melhoria do turismo. Existe um plano para desenvolver uma área de turismo dos "Big 5" na parte inferior do Futi. Não é claro se um tal produto pode ser desenvolvido na fase inicial de 35km². Mas se esse produto fosse desenvolvido, é provável que pudesse ser construída uma instalação com cerca de 12 camas e, partindo do princípio de que se trata de um produto de topo de gama, poderiam ser criados 24 ou 30 postos de trabalho, na sua maioria adequados à população local (e que poderiam ser orientados para as mulheres e para os jovens), e se a área aumentar, o impacto aumenta significativamente com isso.

Se a área se expandisse no futuro para incorporar todo o PNAM, seria então uma reserva dos 'Big 5' mesmo "às portas" da capital, Maputo, o que poderia ter um impacto enorme. Um estudo efectuado no Parque Nacional de Pilanesberg, na África do Sul, em 1993, estimou que a introdução de leões no parque aumentaria o número de visitantes ao parque e aos seus arredores imediatos entre 10 e 15%. Este facto tem um impacto significativo nos níveis de ocupação existentes, que são muito baixos. O aumento de postos de trabalho para os produtos actuais e futuros é, portanto, potencialmente elevado. O fornecimento de estimativas constituiria puramente conjecturas e, como tal, não foram feitas estimativas.

Se o turismo transfronteiriço pudesse ocorrer, tal como acontece noutras ACTFs, onde a circulação sem vistos e passaportes é possível dentro dos parques da ACTF, os benefícios iriam provavelmente melhorar, especialmente para Tembe, mas isso não foi explorado como parte deste estudo.

A questão acima descrita resultará num aumento dos custos, incluindo os elementos de capital enumerados na Tabela 1 e as medidas contínuas de mitigação do CHFB estimadas na Tabela 2. Trata-se de custos significativos, especialmente as medidas contínuas de mitigação do CHFB. É pouco provável que estas sejam contrabalançadas, a curto ou médio prazo, por eventuais receitas provenientes dos ganhos derivado do turismo que possam ser possíveis. Tal é a natureza e a importância desta iniciativa para o valor da biodiversidade, que a administração do parque está disposta a explorar e a obter o financiamento adicional.

Questões Legais/Políticas

As iniciativas da ACTF na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) oferecem a esperança de proporcionar um mecanismo para resolver tensões e conflitos políticos que não estão apenas relacionados com questões ambientais, mas também com preocupações de segurança. As implicações geopolíticas da ACTF na região da SADC não podem ser subestimadas no que respeita às relações internacionais e à integração regional. A região da SADC é caracterizada por histórias de contestação do equilíbrio de poder militar e de rivalidades geopolíticas que podem degenerar em confrontos militares.

Embora exista uma forte confiança na cooperação multilateral entre os países membros da SADC, a maior parte deles envolve frequentemente a comunidade internacional a nível bilateral. Além disso, existe uma desarmonia nas aplicações constitucionais do Estado de direito, no respeito pelos direitos humanos e na boa governação. No entanto, as iniciativas da ACTF na África Austral foram consideradas como uma oportunidade para sarar as feridas das guerras de desestabilização pré e pós-independência através do incentivo à colaboração e cooperação entre Estados, dando aos governos uma oportunidade de acção mútua em questões de interesse comum⁹.

O Acordo da ACTF continua a ser um importante quadro de apoio que permite ter em conta as questões acima referidas. Este Proporciona uma base legislativa sólida sobre a qual esse processo pode ser conduzido, em especial as questões destacadas nas secções relativas à Propagação das Doenças dos Animais e à Segurança.

Existe um caminho a seguir para concretizar os benefícios de uma paisagem resiliente integrada e em pleno funcionamento que a remoção da vedação permitirá alcançar. O processo para o conseguir é:

- Obter o acordo das autoridades da RSA para remover a vedação;

⁹ O, Rusinga, J, Mapira, 2013. Challenges of transfrontier conservation areas: Natural resources nationalism, security and regionalism in the Southern African Development Community region. [*Desafios das áreas de conservação transfronteiriças: Nacionalismo dos recursos naturais, segurança e regionalismo na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral*]

- Uma vez obtida a autorização acima referida, assegurar o financiamento e iniciar a construção da vedação no PNAM;
 - Assegurar o financiamento da habitação, das viaturas e do equipamento adicionais
- Estabelecer uma ligação com as comunidades e formar a equipa de gestão do CHFB
- Se necessário, colocar coleiras em espécies-alvo, especialmente leões, para efectuar a monitoria dos movimentos
- Quando todas as medidas de protecção estiverem concluídas e as comunidades formadas, mobilizadas e informadas
- Remover uma parte da vedação
- Efectuar a monitoria da circulação da fauna bravia e da integridade da vedação

A opção de não remover a vedação, com uma decisão tardia ou sem decisão por parte das autoridades sul-africanas, e permitir que as coisas continuem como habitualmente, é provavelmente o **pior resultado possível**. Com os orçamentos de manutenção e de operação já limitados na África do Sul e a vedação veterinária já comprometida, é provável que se verifique uma ruptura gradual ou mesmo significativa (devido a um incêndio que queime os postes de madeira). Sem recursos para gerir um evento deste género, os animais começarão a atravessar a fronteira. Alguns podem ficar enredados e feridos ou serem mortos nos arames, enquanto outros se irão deslocar para o PNAM, onde nenhuma das medidas de mitigação terá sido implementada. O CHFB poderá aumentar e os leões poderão espalhar-se para a zona principal do parque, mais vulnerável, onde a interface da fronteira marinha não está vedada nem protegida. Será então um processo reactivo que poderá ser difícil, dispendioso ou mesmo impossível de recuperar. Uma opção a evitar a todo o custo.

RISCOS, MITIGAÇÃO E PRAZOS

O projecto produzirá certamente **importantes benefícios em termos de biodiversidade** para ambas as áreas protegidas, mesmo com apenas os 3,500ha expandidos, mas significativamente mais se todo o PNAM for incluído - **este é o principal objectivo da remoção da vedação**. Os custos financeiros, se for desenvolvido um *lodge* dos "Big 5" em Moçambique, são importantes, não são significativos, mas darão um contributo importante para a criação de emprego e para o turismo no contexto mais alargado de Moçambique. A um longo prazo mais longo, se o projecto se expandir para incorporar todo o PNAM, os retornos financeiros serão provavelmente significativos.

Os custos de mitigação para o PNAM são razoavelmente elevados, mas poderia ser obtido financiamento para o PNAM, tendo em conta o potencial a longo prazo acima referido.

Os riscos, a possível mitigação, o caminho a seguir no futuro com os prazos prováveis e a responsabilidade identificada estão listados a seguir:

Tabela 3. Plano de mitigação de riscos

Risco	Mitigação	Caminho a seguir futuramente	Responsabilidade
O CHFB aumenta em Moçambique com o leão e outros predadores	Melhorar as vedações, patrulhamento, envolvimento da comunidade, colocação de coleiras em animais, melhor resposta	Estabelecer o envolvimento com as comunidades e angariar os fundos - 12 a 24 meses	Equipa do PNAM / ANAC
Remoção da vedação SA - Crime	A ser resolvido	Estabelecer contactos com as autoridades da África do Sul através da unidade da ACTF para encontrar uma forma de avançar. Prazo incerto, mas provavelmente > 12 meses	EKZNW / Unidade Nacional da ACTF; Núcleo de Segurança; Departamento Veterinário
Controlo de doenças	Continuar a monitoria	Monitoria - contínua	EKZNW / Departamento Veterinário e veterinários em Moçambique

Risco	Mitigação	Caminho a seguir futuramente	Responsabilidade
Questões sociais/comunitárias (conflitos entre os parques e as comunidades e acesso limitado aos recursos naturais)	Gestão das expectativas da comunidade local através da sua informação contínua; implementação de programas de subsistência para melhorar o rendimento familiar	Implementação e uso do Mecanismo de Reclamações do PNAM para reduzir este risco	Equipas do PNAM / TEP
A mitigação e o alinhamento da gestão do CHFB não são alcançados	A vedação é novamente construída e os animais selvagens problemáticos são transferidos para o outro lado da fronteira	Continuar a monitorizar através das estruturas existentes - contínuo	EKZNW / Equipa do PNAM
O <i>status quo</i> prevalece	Continuar com as operações existentes	É provável que resulte na livre circulação de fauna bravia, mas nenhuma das medidas de mitigação acima referidas estará em vigor - o pior resultado possível	Todos e Ninguém!

Anexo I - Estudo sobre Segurança

Relatório em anexo por Bhejane360 Pty (Ltd), Outubro de 2023

Anexo II – Visão Geral do Envolvimento das Partes Interessadas

Metodologia

Uma vez que este projecto é apoiado por financiamentos de doadores moçambicanos, o estudo de viabilidade proposto para a remoção da vedação TEP-PNAM está completamente alinhado com o quadro legal de Moçambique para consultas públicas. As consultas com as partes interessadas estão incorporadas no quadro legal de Moçambique, desde a Constituição até à legislação sectorial. A Constituição, nos seus Artigos 78, 79 e 96, refere que as comunidades têm o direito de participar, entre outros, na procura de soluções para os problemas da comunidade. Isto está, no entanto, bem alinhado com o quadro sul-africano para a participação e envolvimento das partes interessadas.

Para garantir que este direito de participar na decisão e na solução dos problemas das comunidades seja salvaguardado, toda a restante legislação promulgada no país prevê a plena participação dos cidadãos/comunidades na Governança do país, incluindo a gestão dos recursos naturais de que dependem. Os exemplos incluem, entre outros, a legislação relativa à terra, ao ambiente, às florestas e à fauna bravia.

Neste contexto, o envolvimento das partes interessadas para o projecto proposto de remoção de vedação foi conduzido de acordo com o quadro legal e político do Governo de Moçambique e orientado por ele, para além dos princípios do Consentimento Livre e Prévio do Informador (FPIC) relacionados com as consultas às partes interessadas a diferentes níveis. As consultas foram efectuadas nas línguas locais (sempre que possível) e os materiais de referência foram devidamente interpretados para as línguas e contextos locais. No futuro, as consultas com todas as partes interessadas do projecto, incluindo as comunidades, serão realizadas de acordo com o quadro legal e político delineado.

Por último, mas não menos importante, o quadro legal do país prevê a necessidade de garantir uma consulta genuína sem qualquer discriminação e a inclusão de todas as partes interessadas, o que também está previsto na Constituição do país (por exemplo, Artigos 39, 44, 54, 121) e isto foi alcançado durante as consultas com a comunidade e as partes interessadas realizadas durante o projecto proposto, através da consulta com mulheres e jovens que são historicamente excluídos dos fóruns de discussão.

Todas as partes interessadas no projecto foram informadas com antecedência das reuniões que seriam realizadas ao seu nível. Estas reuniões informativas foram realizadas pela equipa da PPF. As reuniões seguiram um currículo padrão, com o objectivo de garantir que os pontos-chave fossem comunicados de forma precisa e consistente. As equipas do PNAM e da TEP prestaram assistência na organização das reuniões, nomeadamente com entidades governamentais e do sector privado que receberam convites formais por escrito. Outros representantes, como os líderes comunitários, foram convidados através de chamadas telefónicas ou pessoalmente.

Como parte da fase inicial do estudo, foi preparado um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, definindo todos os grupos potenciais susceptíveis de serem afectados pela decisão de remover a vedação e como e quando essas partes interessadas deveriam ser envolvidas durante o estudo.

A tabela abaixo resume os vários grupos de partes interessadas, bem como os seus direitos, interesses e relevância para o projecto.

Tabela 4. Partes interessadas e relevância para o estudo

Partes Interessadas	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projecto
Agências governamentais, incluindo a ANAC, estruturas da ACTF (CGCP), Fazendas Privadas do Bravio, autoridades distritais e provinciais, equipas de Gestão de Parques, Ministério da Defesa Interior (Moçambique), Força de Defesa Nacional da África do Sul (SANDF), municípios sul-africanos (distritais e locais), Departamento de Agricultura	Autoridade/mandatos legalmente reconhecidos para gerir os recursos nas áreas florestais. Direitos e responsabilidades legalmente reconhecidos relacionados com a gestão dos recursos naturais e a aplicação da legislação pertinente, no âmbito da sua jurisdição.

Partes Interessadas	Direitos, Interesses e Relevância Geral para o Projecto
Autoridades tradicionais em Moçambique Tembe Community Trust, Autoridade Tribal de Tembe na África do Sul.	Gerir os recursos naturais em nome da "comunidade". Propõe-se que os recursos naturais sejam efectivamente co-geridos pelos Comités de Gestão de Recursos Naturais da comunidade em cooperação com a ANAC (em Moçambique, sob uma forma de sistema de administração dupla em que a ANAC é responsável pela gestão da conservação, aplicação da lei e regulamentação do turismo).
Membros e Líderes da Comunidade	Os membros da "comunidade" mais vasta aptos a possuir colectivamente direitos sobre os recursos da comunidade, incluindo os recursos naturais. Os líderes comunitários são reconhecidos como detentores de direitos e responsáveis pela liderança de povoados designados.
Sector Privado	O Sector Privado em Moçambique foi favorável à remoção da vedação. Estes viram potencial turístico para Moçambique se a área pudesse ser comercializada como um destino turístico dos " Big 5 ", especialmente com a proximidade de Maputo.

Reuniões das Partes Interessadas em Moçambique

Foram realizadas quatro reuniões com diferentes grupos de partes interessadas em Moçambique, em diferentes locais e datas - todas com o mesmo objectivo: informar as partes interessadas sobre o estudo de viabilidade para a remoção da vedação entre os parques e ouvir as suas preocupações e questões a este respeito:

- **Governo Distrital** – esta reunião realizou-se a 20 de Junho de 2023 no Distrito de Matutuine e nela participaram 16 pessoas (quatro das quais eram mulheres) de diferentes sectores do governo distrital (SDPI - Serviços Distritais de Planeamento de Infra-estruturas, SDAE - Serviços Distritais de Actividades Económicas, Polícia, Imigração, Polícia de Fronteiras, sector privado, ONGs, equipas da PPF e do PNAM). Os líderes comunitários foram convidados para esta reunião, mas devido a outra agenda não puderam estar presentes.
- **Equipa do PNAM** – esta reunião teve lugar no dia 21 de Junho de 2023, nos escritórios do PNAM. A reunião contou com a participação de 12 pessoas, das quais quatro eram mulheres. Uma segunda reunião foi realizada em 19 de Setembro com a equipa de Administração do Parque. Aqui, a equipa do projecto deu feedback sobre o progresso e as preocupações levantadas pelas partes interessadas, especialmente o aumento do CHFB. A administração do parque forneceu possíveis medidas de mitigação e foi apresentado um plano de trabalho com estimativa de custos, que está descrito na Secção sobre CHFB.
- **Líderes** – uma vez que os líderes não participaram na reunião principal no distrito, foi realizada uma reunião separada com eles nos escritórios do PNAM, em 23 de Junho de 2023.
- **Comunidades de Gueveza e Phuza** - grupos de mulheres e jovens incluídos - estas reuniões foram realizadas a 18 e 26 de Julho, respectivamente, em Gueveza e Phuza. Foram agendadas reuniões separadas com mulheres e jovens para Gueveza e Phuza, mas devido a hábitos culturais, todos os representantes dos membros da comunidade participaram na reunião. Apesar de a reunião não ter sido exclusiva para mulheres e jovens, estes tiveram a oportunidade de levantar as suas preocupações (como mostra a tabela de questões levantadas abaixo).

Reuniões das Partes Interessadas na África do Sul

Foram realizadas três reuniões com diferentes grupos de partes interessadas na África do Sul, nos escritórios do TEP, em datas diferentes. As reuniões foram organizadas pela equipa do TEP e tiveram a seguinte sequência:

- **Equipa de Administração do TEP** – Esta reunião foi realizada em 22 de Junho de 2023 para obter um entendimento do estado actual das operações ao longo da fronteira e da gestão das vedações existentes e dos impactos prováveis de um sistema mais aberto para a circulação da fauna bravia.
- **Autoridades da RSA** – Esta reunião realizou-se em 20 de Setembro de 2023 e contou com a participação de várias partes interessadas de diferentes instituições governamentais (AGF, EKZNW, SAPS, Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DARD) e Departamento de Florestas, Pescas e Ambiente). O debate centrou-se em questões de segurança e veterinárias e as autoridades manifestaram a sua preocupação relativamente à propagação de doenças animais (tuberculose e febre aftosa) de Moçambique

para o lado da África do Sul, que tem actualmente o estatuto de livre de doenças. Estas autoridades também se mostraram preocupadas com a segurança da fronteira, uma vez que já estão a aumentar as medidas de segurança nessa área, através da construção de muros. Chegou-se a um consenso de que os participantes na reunião precisavam da perspectiva dos seus idosos sobre a questão da remoção da vedação.

- **Comunidade de Tembe** – A comunidade de Tembe foi muito receptiva ao projecto porque compreendeu as vantagens que eles (sendo os proprietários do parque) teriam com a remoção da vedação. Os representantes da comunidade sugeriram que, se as vantagens da remoção da vedação fossem superiores a 60%, concordariam e apoiariam o projecto. As comunidades da África do Sul estão mais dispostas a aceitar o projecto. Sendo os proprietários do TEP, viram oportunidades para melhorar os seus rendimentos provenientes do turismo. Pediram ajuda à PPF para estudar a possibilidade de co-gestão do TEP.

Tabela 5. Questões levantadas pelos membros da comunidade em ambas as comunidades PNAM e TEP)

Questões/Preocupações	Comunidade/Nome
Durante os 5 anos da primeira vedação, a vedação à volta do parque será segura, para evitar que os animais se desloquem do parque para a zona tampão?	Gueveza (Moçambique)
Já lá vão muitos anos, e o parque vem sempre com as mesmas histórias. A vedação não é segura.	Gueveza (Moçambique)
Não temos qualquer relação com o parque nem com Salamanga. Vamos sempre à África do Sul para comprar bens e vender o nosso peixe. Choramos desde o início; eles mentem-nos sempre sobre o nosso dinheiro dos 20%, mas nós nunca vemos esse dinheiro. Como é que é possível que eles queiram fazer outras coisas sem resolver os problemas do passado? Esses animais vão continuar a entrar, com ou sem essa vedação de que estão a falar.	Gueveza (Moçambique)
Algumas pessoas vieram aqui antes, fizeram-nos perguntas sobre os elefantes, nós dissemos que eles atacam, mas que estamos acostumados a isso. Elas queriam colocar uma vedação, mas nós não aceitámos porque preferimos viver assim. Elas fizeram um levantamento na comunidade relativamente à vedação, e acabaram por construir a vedação mesmo sem o nosso consentimento. Mesmo com essa vedação os animais ainda vêm para as nossas casas. Eu penso que eles nos enganaram. Hoje vocês estão a trazer-nos outro problema? Como é que esses animais se irão deslocar? Para onde querem que nós vamos? A vedação está a ficar cada vez mais próxima de nós.	Mulheres de Gueveza (Moçambique)
Este acordo entre os três países é real, falaram-nos nisso anteriormente, vieram com o comandante da protecção da fronteira, o comandante da fronteira, o comandante marinho e o ministro do turismo. Disseram que o dinheiro para implementar isso já se encontra disponível entre os três países. Na nossa opinião a vedação entre países é algo sério, não a devemos considerar como algo garantido, isto não é apenas um acampamento. Disseram que haverá animais que não matam pessoas. Mas a vedação em Moçambique não é segura, e mesmo assim eles ainda querem trazer mais animais. Os animais estão a vir da África do Sul, e matam os nossos animais. Em Tembe, não têm o mesmo tipo de histórias, mas a vedação nesse lado é forte e as pessoas estão satisfeitas.	Gueveza (Moçambique)
O Governo de Moçambique não tem a capacidade para construir a vedação e pediram ajuda à África do Sul. A verdade é que o nosso governo não tem a capacidade para nos proteger.	Gueveza/Sr. Salomão Tembe (Moçambique)
Não temos a capacidade para dizer NÃO, mas queremos que o parque arranje a vedação no parque primeiro (para proteger as comunidades) e então podem abrir qualquer que for a porção da vedação da África do Sul. Se eles não fizerem isso, nós entendemos então que o governo não nos quer, eles não se preocupam connosco. Não podemos parar o governo de implementar os seus planos, mas eles têm que cuidar de nós. Quando vamos daqui a Salamanga, não queremos depararmo-nos com animais.	Gueveza (Moçambique)
Estamos gratos que vocês nos estão a trazer esta questão, uma vez que é algo sobre que já ouvimos falar há muito tempo. A relação entre a comunidade e a África do Sul já não é a mesma, costumávamos circular livremente entre os dois países, mas eles já não nos permitem entrar. É bom que os países estejam a planear remover a vedação para permitir a livre circulação dos animais, mas nós não temos uma vedação segura no lado de Moçambique, para proteger a comunidade. Compreendemos que esta livre circulação de animais irá trazer turistas para Moçambique, o que significa receitas para o país e também para as comunidades	Phuza/Líder Jorge Gumende (Moçambique)
Gostaríamos de pedir ao parque que reforce a nossa vedação e que coloque os fiscais a vigiar a vedação. Os fiscais só ficam na entrada do parque e não vêem o que se passa na	Phuza/ Líder Jorge Gumende (Moçambique)

Questões/Preocupações	Comunidade/Nome
vedação. O acordo feito pelos países relativamente à ACTF deve prevalecer, independentemente da mudança de governo ou não. Sentimo-nos mal porque a relação com a África do Sul não é boa, eles roubam o nosso gado e nós roubamos os carros deles, é por isso que há esta tensão.	
Esta questão da vedação já foi discutida anteriormente e demos a ideia de colocar vedações para nos proteger. Se pelo menos pudessem melhorar a qualidade das nossas casas, podíamos sentir-nos mais seguros. A vedação no lado da África do Sul é forte, mas no nosso lado é muito fraca. Não somos contra esta possibilidade, mas temos grandes problemas com os elefantes, muitas pessoas morreram por causa deles. <u>Se pudessem colocar uma vedação suficientemente forte para nos proteger dos elefantes, ficaríamos gratos.</u> Não temos para onde ir; somos daqui. Os animais trazem turistas e as crianças podem ficar a conhecer os animais que só conheciam dos livros e da televisão.	Winas Tembe (Moçambique)
Ouvimos o que disse, mas não estamos nada satisfeitos. A chegada do parque não nos beneficiou. Demos a terra, mas o parque não está a fazer o que prometeu fazer por nós. Os elefantes deixam o parque, mas não são levados de volta. O meu pai foi morto por um elefante, o parque nunca fez nada por nós. Quando alguém fala do parque, normalmente fico triste. Querem que os animais circulem livremente, mas não se preocupam com as pessoas. Serão os animais mais valiosos do que as pessoas? Porque é que nós também não podemos circular livremente?	Fikile Mulambe/Mulheres de Phuza (Moçambique)
Os elefantes são assustadores. Por vezes, vemos aqui animais selvagens e eles fazem com que o nosso gado fuja daqui. Os fiscais não estão preocupados com os seus animais, deviam estar a fazer patrulhas de vigilância para ver estes animais.	André Bila (Moçambique)
Porque é que o parque não pode fazer uma vedação mais forte, como a que existe na África do Sul? Dizem que o governo não tem dinheiro, nós compreendemos, mas porque é que continuam a fazer estes acordos se não conseguem cumprir o que está nos acordos? Porque é que este governo não nos compensa, quando os animais matam o nosso gado? Os fiscais torturam sempre as pessoas, quando estão à procura das "suas coisas". As hienas e os cães selvagens matam os nossos cabritos, são muito perigosos. Queremos pedir-vos que levem as nossas preocupações ao governo.	Phuza/James Kumalo (Líder) (Moçambique)
Qual foi a reacção das autoridades da África do Sul relativamente à doença dos búfalos??	Membro da comunidade do TEP
Haverá certamente vantagens e desvantagens. Se as desvantagens forem superiores a 60%, não se deve avançar com a remoção da vedação. Partilhem connosco os resultados do estudo de viabilidade, para vermos os resultados do estudo, antes da tomada de decisão.	Membro da comunidade do TEP
Temos o Portão 7, o portão para Manhoca. Esse portão será fechado?	Membro da comunidade do TEP
Se eu tiver uma pequena empresa de turismo na área fronteiriça, existe alguma oportunidade de beneficiar do turismo transfronteiriço?	Membro da comunidade do TEP
O que aconteceria aos turistas de Tembe que tencionam deslocar-se de Tembe para o Parque Nacional de Maputo, em termos de movimentos de passaportes na fronteira??	Membro da comunidade do TEP
Relativamente ao portão de Manhoca, esse portão não será fechado, permanecerá operacional.	EKZNW
Relativamente ao movimento de turistas do TEP para o PNAM, os turistas não precisam de ir à fronteira para visitar o PNAM. Serão autorizados a atravessar para fazer turismo em Maputo, uma vez que têm de regressar ao TEP. Para estas excursões, utilizarão as viaturas do TEP e regressarão pelo mesmo caminho. Podem ver o mar, as tartarugas, as baleias, etc.	EKZNW
Para as comunidades tomarem uma decisão melhor, temos que fazer algo mais visual em vez de apenas mapas e apresentações em computadores. As comunidades devem ter reuniões em conjunto (comunidades sul-africanas e moçambicanas), para discutir as questões e preocupações relativas aos planos do governo sul-africano de fechar os portões que ligam os países e em relação à remoção da vedação para a circulação dos animais. Devem debater e chegar a um ponto de entendimento sobre estas questões.	EKZNW

Referências

Department of Agriculture, Forestry and Fisheries (2017). *Directorate of Animal Health. Veterinary Procedural Notice for Buffalo Disease Risk Management in South Africa.*

Ferguson, K.; Hanks, J. (2012) *The Effects of Protected Area and Veterinary Fencing on Wildlife Conservation in Southern Africa.* Parks 2012.Vol 18.1

Wildlife Conservation Society (2008). *As the fences come Down. Emerging Concerns in Transfrontier Conservation Areas. The Great Limpopo Transfrontier Conservation Area and a Proposed Conceptual Framework for Progress.* A copy of the complete 14 page: The AHEAD – GLTFCA Programme: Key Questions and Conceptual Framework Revised. http://wcs-ahead.org/workinggrps_limpopo.html

Boletim da República I Série Número 32 (2009) Decreto Número 26/2009 de 17 de Agosto. Regulamento de Sanidade Animal. Conselho de Ministros de Moçambique

Ferguson, K.; Hanks, J. (2012) *Fencing Impacts. A Review of socio economic and ecological Impacts of game and veterinary fences in Africa with reference to Great Limpopo and Kavango-Zambezi Transfrontier Park.* University of Pretoria. Mammal Institute Research

Maputo National Park (2023) *Management Plan for the Period (2023-2032).* Administração Nacional das Áreas de Conservação. Ministério da Terra e Ambiente. Republica de Moçambique

Tembe Elephant Park: *Management Plan.* Version 1.0 (2018), *Ezemvelo KZN Wildlife, Pietermaritzburg*

Mozbio 2 and GEF 7 (2015) *Resettlement Policy framework- additional Financing*
EKZNW (2015) *TEP Protected Area Management Plan*

Nhatave, Girino (2022) *Resenha, Tráfego de Pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique*

IOM (2003) *Report Seduction, Sale and Slavery: Trafficking of Women and Children for Sexual Exploitation in Southern Africa*

University of Pretoria etd Van Eeden DG (2006) *Aspects of the ecology and conservation status of selected wildlife in and around Tembe Elephant Park, KwaZulu-Natal, South Africa-*

O, Rusinga, J, Mapira (2013). *Challenges of transfrontier conservation areas: Natural resources nationalism, security and regionalism in the Southern African Development Community region.*